



2024

# Projeto Político Pedagógico

Escola de Saúde de Goiás

Secretaria Estadual de Saúde



SES  
Secretaria de  
Estado da  
Saúde



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUBSECRETARIA DE INOVAÇÃO, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E**  
**INFRAESTRUTURA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE SAÚDE DE GOIÁS**

**GOVERNADOR**  
**Ronaldo Ramos Caiado**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**  
**Rasível dos Reis Santos Júnior**

**SUBSECRETÁRIO DE INOVAÇÃO, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E**  
**INFRAESTRUTURA**  
**Ana Carolina Rezende Abrahão**

**SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE DE GOIÁS**  
**Rafaela Júlia Batista Veronezi**

## **EQUIPE DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PPP (versão 2024)**

- Fernanda Rosiak Gonzaga Faleiro (Coordenadora)
- Helisiane Fernandes Moreira Figueiredo
- João Batista Moreira de Melo
- Joana Darc Vaz da Silva Fernandes
- Juliana Conceição de Oliveira
- Kely Cristina de Almeida
- Maura Souza Carneiro e Silva
- Viviane Pires de Souza

## **COLABORADORES**

- Ana Paula Ramos
- Claudia Alves da Silva
- Fernanda Pimenta Simon Ferreira
- Iohanna Maria Guimarães Dias
- Mayara das Graças e Souza Camelo Pinto Paludo
- Sylvana Castro Sacchetim
- Wusula Francisca de Sousa Pitarelli
- Yara Hilário Medeiros Peixoto

## **COORDENAÇÃO**

- Fernanda Rosiak Gonzaga Faleiro

---

Goiás (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência da Escola de Saúde de Goiás. Projeto Político Pedagógico da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás.

Descritores: 1.Saúde. 2.Educação e saúde. 3.Projeto pedagógico.

---

Todos os direitos desta edição serão reservados à Superintendência da Escola de Saúde de Goiás/Secretaria da Saúde do Estado de Goiás (SESG/SES-GO, 2024).

Rua 26, nº 521-Bairro Jardim Santo Antônio CEP: 74.85370, Goiânia-GO  
Tel: (62)3201-3410

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Organograma da SESG

**Figura 2** - Passos do processo de ensino-aprendizagem na  
Problematização

## LISTA DE SIGLAS

|                   |                                                                                                       |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ABP</b>        | Aprendizagem Baseada em Problemas                                                                     |
| <b>ABProjetos</b> | Aprendizagem Baseada em Projetos                                                                      |
| <b>APPS</b>       | Aplicativo de Software (do inglês <i>Application Software</i> )                                       |
| <b>ATS</b>        | Avaliação de Tecnologias em Saúde                                                                     |
| <b>AVA</b>        | Ambiente Virtual de Aprendizagem                                                                      |
| <b>BIREME</b>     | Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde                                |
| <b>BVS</b>        | Biblioteca Virtual em Saúde                                                                           |
| <b>CAPES</b>      | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                                           |
| <b>CARA</b>       | Centro de Apoio aos Radioacidentados                                                                  |
| <b>CAT</b>        | Comissão de Assessoramento Técnico                                                                    |
| <b>CD</b>         | Disco Compacto (do inglês <i>Compact Disc</i> )                                                       |
| <b>CEE</b>        | Conselho Estadual de Educação<br>Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos Leide das Neves |
| <b>CEEPP-LNF</b>  | Ferreira                                                                                              |
| <b>CEFT</b>       | Comissão Estadual de Farmácia e Terapêutica                                                           |
| <b>CEITS</b>      | Comissão Estadual de Incorporação de Tecnologias em Saúde                                             |
| <b>CEP</b>        | Comitê de Ética e Pesquisa                                                                            |
| <b>CEP-LNF</b>    | Comitê de Ética em Pesquisa Leide das Neves Ferreira                                                  |
| <b>CEP-SAÚDE</b>  | Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás                                           |
| <b>CEREM</b>      | Comissão Estadual de Residência Médica                                                                |
| <b>CH</b>         | Carga Horária                                                                                         |
| <b>CIB</b>        | Comissão Intergestores Bipartites                                                                     |
| <b>CIES</b>       | Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço                                                      |
| <b>CIR</b>        | Comissão Intergestores Regionais                                                                      |
| <b>CNCT</b>       | Catálogo Nacional de Cursos Técnicos                                                                  |
| <b>CNPJ</b>       | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica                                                                  |
| <b>CNPq</b>       | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                                         |
| <b>CNRM</b>       | Comissão Nacional de Residência Médica                                                                |
| <b>CNRMS</b>      | Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde                                            |
| <b>CNS</b>        | Conselho Nacional de Saúde                                                                            |
| <b>CONASS</b>     | Conselho Nacional de Secretários de Saúde                                                             |
| <b>CONEP</b>      | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa                                                                |
| <b>COREME</b>     | Comissão de Residência Médica                                                                         |
| <b>COREMU</b>     | Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde                                                     |
| <b>COSEMS</b>     | Conselho dos Secretários Municipais de Saúde                                                          |
| <b>CRER</b>       | Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo                                   |
| <b>CRESM</b>      | Complexo de Referência Estadual e Saúde Mental Prof. Jamil Issy                                       |
| <b>DECIT</b>      | Departamento de Ciência e Tecnologia                                                                  |
| <b>DOI</b>        | <i>Digital Object Identifier</i>                                                                      |
| <b>DVD</b>        | Disco Digital Versátil (do inglês <i>Digital Versatile Disc</i> )                                     |
| <b>EaD</b>        | Educação a Distância                                                                                  |
| <b>ENSP</b>       | Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca                                                        |
| <b>EPS</b>        | Educação Permanente em Saúde                                                                          |

|                 |                                                                                                                                            |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ESAP</b>     | Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago”                                                                               |
| <b>FAPEG</b>    | Fundação de Amparo à Pesquisa                                                                                                              |
| <b>FIOCRUZ</b>  | Fundação Oswaldo Cruz                                                                                                                      |
| <b>GAB-SES</b>  | Gabinete do Secretário de Saúde                                                                                                            |
| <b>GEPI</b>     | Gerência de Pesquisa e Inovação                                                                                                            |
| <b>GM-MS</b>    | Gabinete do Ministro-Ministério da Saúde                                                                                                   |
| <b>GT</b>       | Grupo Técnico                                                                                                                              |
| <b>HC</b>       | Hospital das Clínicas                                                                                                                      |
| <b>HCN</b>      | Hospital Estadual Centro-Norte Goiano                                                                                                      |
| <b>HDT</b>      | Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad                                                                                      |
| <b>HEANA</b>    | Hospital Estadual de Anápolis Dr. Henrique Santillo                                                                                        |
| <b>HEAPA</b>    | Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada                                                                                    |
| <b>HECAD</b>    | Hospital Estadual da Criança e do Adolescente                                                                                              |
| <b>HEMU</b>     | Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento                                                                                     |
| <b>HGG</b>      | Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (antigo Hospital Geral de Goiânia)                                                                     |
| <b>HUGO</b>     | Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz                                                                                          |
| <b>HUGOL</b>    | Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira                                                                          |
| <b>IES</b>      | Instituições de Ensino Superior                                                                                                            |
| <b>INAMPS</b>   | Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social                                                                             |
| <b>IPTSP</b>    | Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública                                                                                            |
| <b>ISBN</b>     | <i>International Standard Book Number</i>                                                                                                  |
| <b>LACEN-GO</b> | Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros                                                                               |
| <b>MEC</b>      | Ministério da Educação                                                                                                                     |
| <b>MS</b>       | Ministério da Saúde                                                                                                                        |
| <b>NATS</b>     | Núcleo de Avaliação em Tecnologia em Saúde                                                                                                 |
| <b>OPP</b>      | Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde                                                                                                |
| <b>OSEGO</b>    | Organização de Saúde do Estado de Goiás                                                                                                    |
| <b>PAREPS</b>   | Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde                                                                                     |
| <b>PEEPS</b>    | Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde                                                                                             |
| <b>PI</b>       | Projeto de Intervenção                                                                                                                     |
| <b>PITS</b>     | Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde                                                                                            |
| <b>PLE</b>      | Projeto de Formação em Larga Escala                                                                                                        |
| <b>PNEPS</b>    | Política Nacional de Educação Permanente em Saúde                                                                                          |
| <b>PPP</b>      | Projeto Político Pedagógico                                                                                                                |
| <b>PPSUS</b>    | Programa Pesquisa para o SUS                                                                                                               |
| <b>PRMs</b>     | Programas de Residências Médicas                                                                                                           |
| <b>PROFAE</b>   | Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem                                                                     |
| <b>PROFAPS</b>  | Programa de Formação dos Trabalhadores para a Área da Saúde                                                                                |
| <b>PUC-GO</b>   | Pontifícia Universidade Católica de Goiás                                                                                                  |
| <b>REBRATS</b>  | Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde<br>Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago” |
| <b>RESAP</b>    |                                                                                                                                            |
| <b>RET-SUS</b>  | Rede de Escolas Técnicas do SUS                                                                                                            |
| <b>RI</b>       | Repositório Institucional                                                                                                                  |
| <b>SECTIE</b>   | Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos                                                                                   |
| <b>SEFAZ</b>    | Secretaria da Fazenda                                                                                                                      |

|                 |                                                             |
|-----------------|-------------------------------------------------------------|
| <b>SES</b>      | Secretaria de Estado da Saúde                               |
| <b>SESG</b>     | Superintendência da Escola de Saúde de Goiás                |
| <b>SEST-SUS</b> | Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS |
| <b>SUS</b>      | Sistema Único de Saúde                                      |
| <b>TBL</b>      | <i>Team-Based Learnig</i>                                   |
| <b>TCA</b>      | Teoria Cognitiva da Aprendizagem                            |
| <b>TCC</b>      | Trabalho de Conclusão de Curso                              |
| <b>UEG</b>      | Universidade Estadual de Goiás                              |
| <b>UFG</b>      | Universidade Federal de Goiás                               |



## APRESENTAÇÃO

A Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG) é unidade orgânica da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES) e responsável pelas ações de Educação Permanente nos 246 municípios que compõem o estado. Tem a função de atender a demanda dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de abordagens educacionais capazes de preparar os profissionais de saúde para enfrentar novos desafios e oferecer respostas adequadas às necessidades das comunidades às quais deve servir.

Para tanto, além de fomentar a Educação Permanente em todo o estado de Goiás, oferta cursos de atualização, aperfeiçoamento, pós-graduação **Lato Sensu** e, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), oferece o Mestrado Profissional em Saúde Coletiva.

A SESG concebe a educação como projeto de sociedade. Nesse sentido, é defensora de uma concepção educacional que dialoga com as circunstâncias da sociedade atual e deixa explícita a sua concepção de mundo, compreendendo que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, através de metodologias ativas.

A Escola tem como grande desafio a garantia do atendimento educacional de qualidade e que possibilite o pleno desenvolvimento das potencialidades dos educandos, por meio de abordagens educacionais capazes de preparar os profissionais de saúde para enfrentar novos desafios e de oferecer respostas adequadas às necessidades do trabalho onde estão inseridos.

Como garantia da universalidade de acesso às diversas possibilidades de Educação Permanente aos trabalhadores da saúde, a SESG propõe ofertar cursos aos trabalhadores do SUS dos municípios do estado de Goiás de forma presencial, descentralizada e/ou à distância, considerando as necessidades loco-regionais e o **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS)**.

Ao alinhar a atividade pedagógica da SESGO, o objetivo maior deste documento é, portanto, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade das ações de ensino- aprendizagem oferecidas aos profissionais inseridos no SUS no estado de Goiás.



## SUMÁRIO

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                  | <b>16</b> |
| <b>2. CARACTERIZAÇÃO DA SESG .....</b>                                                      | <b>18</b> |
| 2.1 Histórico .....                                                                         | 18        |
| 2.2 Cursos Ofertados .....                                                                  | 20        |
| 2.2.1 Cursos de Educação Permanente/ Continuada.....                                        | 20        |
| 2.2.2 Cursos Técnicos e Pós-Técnicos de Nível Médio.....                                    | 21        |
| 2.2.3 Cursos de Pós-Graduação .....                                                         | 22        |
| 2.3. Área Física.....                                                                       | 22        |
| 2.4 Corpo Docente .....                                                                     | 22        |
| 2.5. Corpo Discente .....                                                                   | 23        |
| <b>3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....</b>                                                      | <b>23</b> |
| 3.1. Da Mantenedora .....                                                                   | 23        |
| <b>4. ESTRUTURA ORGÂNICA DA SESG .....</b>                                                  | <b>24</b> |
| 4.1. Organograma da SESG .....                                                              | 25        |
| <b>5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SESG .....</b>                                            | <b>26</b> |
| 5.1 Tipos de demandas de projetos de cursos direcionados à SESG para<br>execução.....       | 27        |
| 5.1.1 Demanda Ascendente .....                                                              | 27        |
| 5.1.2 Demanda Descendente .....                                                             | 27        |
| <b>6. MISSÃO.....</b>                                                                       | <b>28</b> |
| <b>7. VISÃO.....</b>                                                                        | <b>28</b> |
| <b>8. VALORES .....</b>                                                                     | <b>28</b> |
| <b>9. FINALIDADES.....</b>                                                                  | <b>28</b> |
| <b>10. OBJETIVOS .....</b>                                                                  | <b>30</b> |
| 10.1 Objetivo Geral .....                                                                   | 30        |
| 10.2 Objetivos Específicos .....                                                            | 31        |
| <b>11. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA SESG .....</b>                                    | <b>31</b> |
| 11.1 Conceitos e termos importantes utilizados na educação .....                            | 33        |
| 11.2 Pressupostos teóricos .....                                                            | 34        |
| 11.3 Educação Permanente em Saúde .....                                                     | 34        |
| 11.3.1 Andragogia: Aprendizagem do Adulto e suas implicações para o ensino<br>na saúde..... | 35        |



|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 11.3.2 Teoria Cognitiva da Aprendizagem e a Aprendizagem Significativa.....   | 36        |
| <b>12. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS .....</b>                                   | <b>37</b> |
| 12.1 Metodologias ativas de aprendizagem .....                                | 37        |
| 12.2 Metodologias Problematicadoras .....                                     | 40        |
| 12.3 Estratégias de Ensino .....                                              | 46        |
| 12.4 Recursos Didáticos .....                                                 | 52        |
| 12.5 Educação a Distância.....                                                | 55        |
| <b>13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....</b>                                       | <b>58</b> |
| <b>14. COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ÀS COREMES DA SES-GO</b>            | <b>60</b> |
| <b>15. COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DOS PROGRAMAS DE</b>             |           |
| <b>RESIDÊNCIA UNI E MULTIPROFISSIONAL DA SES-GO .....</b>                     | <b>61</b> |
| <b>16. COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO .....</b>                                       | <b>62</b> |
| <b>17. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM .....</b>                    | <b>63</b> |
| 17.1 Tipos de Avaliação .....                                                 | 65        |
| 17.2 Os instrumentos de avaliação da aprendizagem .....                       | 66        |
| 17.3 Avaliação na Educação a Distância .....                                  | 67        |
| 17.4 Avaliação das Residências Médicas e Multiprofissional.....               | 67        |
| 17.5 Avaliação de Cursos em Parcerias com outras Instituições de Ensino ..... | 67        |
| <b>18. CONSELHO ESCOLAR .....</b>                                             | <b>67</b> |
| <b>19. BIBLIOTECA PROFESSORA ENA GALVÃO .....</b>                             | <b>68</b> |
| <b>20. COMITÊ, NÚCLEO E COMISSÕES.....</b>                                    | <b>70</b> |
| 20.1 Comitê de Ética em Pesquisa Leide das Neves Ferreira .....               | 70        |
| 20.2 Núcleo de Avaliação de Tecnologia em Saúde .....                         | 73        |
| 20.3 Instituto de Ciência e Tecnologia e Inovação – ICT .....                 | 73        |
| 20.4 Laboratório de Educação, Pesquisa em Saúde de Goiás - LABEPS GOIÁS       | 74        |
| 20.5 Comissão de Integração Ensino-Serviço .....                              | 75        |
| 20.6 Comissão Própria de Avaliação .....                                      | 76        |
| 20.7 Comissão Estadual de Incorporação de Tecnologias em Saúde .....          | 77        |
| <b>21. POLÍTICAS E DIRETRIZES DE PESQUISA EM SAÚDE.....</b>                   | <b>77</b> |
| <b>22. REVISTA CIENTÍFICA DA ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA DE</b>          |           |
| <b>GOIÁS “CÂNDIDO SANTIAGO” .....</b>                                         | <b>79</b> |
| <b>23. PROJETO INSTITUCIONAL .....</b>                                        | <b>79</b> |



## 1. INTRODUÇÃO

A **Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG)** buscou, em conjunto com gestores e trabalhadores, construir um modelo pedagógico para a formação e a qualificação dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) capaz de formar um verdadeiro sujeito e ator social, tendo por base o envolvimento e o comprometimento de todos os segmentos da sociedade num efetivo exercício de cidadania e em atendimento às necessidades loco regionais.

A complexidade do setor saúde em constante crescimento, por meio de suas ações e do compromisso assumido entre as esferas governamentais, atende aos princípios constitucionais de consolidação de um sistema de saúde universal, equânime e com atendimento integral às necessidades de saúde da população.

É inegável que a perseguição destes objetivos, calcados na reforma do modelo de assistência, nos mecanismos inovadores de financiamento e no controle social, por parte da população, vai impondo, cada vez mais, a presença de profissionais qualificados nas diversas frentes de trabalho, da unidade básica ao hospital de ponta.

Isto tem, por consequência, o reconhecimento e a defesa pela qualificação dos recursos humanos do setor e para o setor saúde. É indiscutível que mesmo os profissionais já formados demandam novos conhecimentos, tendo em vista as mudanças aceleradas no seio do processo de trabalho em saúde, geradas nos últimos tempos.

A Constituição Federal Brasileira não discrimina os indivíduos, sonhando-lhes direitos fundamentais e garantias individuais, mas, ao contrário, tem vários artigos que os garantem: art. 5º, 6º a 11º e art. 170 da ordem econômica (BRASIL, 1998). A educação é garantida como “Direito de todos e dever do Estado”, conforme art. 205; porém, o que se verifica é uma ruptura entre conceito e realidade e as construções mentais que ficam separadas da realidade social onde são produzidas. A atualização, o aperfeiçoamento e a pós-graduação são levados aos serviços de saúde, nos diversos níveis de complexidade, como uma ferramenta colocada a serviço do fortalecimento da prevenção e da atenção à saúde.

A Política de Educação Permanente em Saúde foi aprovada na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde (CNS) como política estratégica do SUS para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores para a saúde. Deste modo, instituições como a SESG, comprometidas com a formação e qualificação dos



trabalhadores do SUS, não podem formar esses profissionais com o olhar eminentemente técnico, mas sim, possibilitar a eles uma visão holística dentro do processo de formação para o SUS, em que possam contribuir de forma específica ou generalista, na árdua missão do trabalho com vista a atender o grande beneficiado, que é o cidadão.

No Brasil, o Ministério da Saúde apresentou várias iniciativas de formação profissional via Educação Permanente com o objetivo de (re)formar os profissionais que já atuam no sistema, por meio da aproximação de instituições formadoras e ações e serviços de saúde. Dentre essas iniciativas, Ceccim e Feuerweker (2004) citam programas como os de Interiorização do Trabalho em Saúde (PITS), o de Incentivo às Mudanças Curriculares nos Cursos de Medicina (PROSAUDE), o de Capacitação e Formação em Saúde da Família, o de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), o de Aperfeiçoamento ou Especialização de Equipes Gestoras, o de Formação de Conselheiros de Saúde, entre outros.

*Não obstante, essa formação de iniciativa do Ministério da Saúde é, também, responsabilidade de cada gestor em sua esfera de atuação, haja visto que:*

- A Constituição de 1988, no seu artigo 200, atribui como sendo uma das competências do SUS, a ordenação da formação de recursos humanos para o sistema de saúde;
- A lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e regulamentada pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, definem o novo modelo de atenção e passam a exigir novos perfis profissionais para a atenção individual e coletiva;
- A Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, dispõe sobre as diretrizes para implementação da Educação Permanente em Saúde.

*Deste modo, é necessário que os cursos oferecidos pela SESG estejam fundamentados em uma proposta político-pedagógica de Educação Permanente, capaz de:*

- Transformar as práticas e os serviços de saúde;
- Promover os processos de ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho;

Contribuir com a concretização do compromisso social e profissional e na transversalidade que norteiam as necessidades do SUS, consubstanciadas nas diretrizes emanadas da Esfera Federal e que atendam os seus princípios básicos.



## 2. CARACTERIZAÇÃO DA SESG

### 2.1 Histórico

O início da história que culminou na atual Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG) remonta aos anos de 1980. Nesta década, surgiu no Brasil o “Projeto Larga Escala”, uma parceria entre Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde e Ministério da Educação, visando profissionalizar o pessoal já empregado na força de trabalho ou em fase de admissão nos serviços de saúde.

Neste contexto, em maio de 1981, foi criada a **Escola de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Geral de Goiânia (HGG)**, objetivando formar alunos nesta área para atender à demanda daquela instituição. Instalada no prédio do HGG, seu quadro docente e discente era composto, respectivamente, por enfermeiras e atendentes do próprio hospital, da Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – HC/UFG e também por pessoas da comunidade.

Em 1985, a Escola de Auxiliar de Enfermagem é sucedida pelo **Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a Área da Saúde** no espaço físico do extinto Hospital Juscelino Kubitschek. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, o Centro Formador passou a integrar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e sua cobertura de atuação foi ampliada, abrangendo todo o processo de capacitação, qualificação e habilitação profissional na área da saúde. Neste mesmo ano foi autorizada a habilitação de Auxiliar de Enfermagem bem como os cursos **“Técnico em Higiene Dental” e “Visitador Sanitário”**.

Em 1992, aconteceu um fato marcante na história desta Escola. Foi autorizado o curso “Atendente de Consultório Dentário” para a Área de Saúde, em caráter experimental, pelo prazo de 04 (quatro) anos. Como a formação atingiu não só a grande Goiânia, mas também o interior do Estado, o curso teórico-demonstrativo não era suficiente para a total integração do aluno no serviço. Optou-se por celebrar um convênio com os municípios para que estes disponibilizassem o próprio local de trabalho, para que os alunos fizessem a parte de aulas práticas. Surgiu daí uma nova realidade e o local de trabalho tornou-se palco para a solidificação das atividades que, antes eram muitas vezes desenvolvidas sem o conhecimento científico suficiente para um bom desempenho. O tempo gasto com o deslocamento dos alunos para a sede da escola



seria menor, o que resultaria num melhor aproveitamento do aluno em seu local de trabalho para atender à população.

Em março de 1993, por intermédio da Resolução nº 530 – CEE, de 26 de março de 1993, o Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a área de Saúde foi designado sucessor da Escola de Auxiliar de Enfermagem do HGG/INAMPS, dentro do “Projeto Larga Escala”. Assim, o Centro Formador passou a ofertar cursos a profissionais engajados na força de trabalho do SUS, demandados pela rede de saúde, em nível de qualificação e habilitação, nas subáreas de Enfermagem e Saúde Bucal.

No ano de 2002, por intermédio do Decreto nº 5.647, de 27 de agosto de 2002, foi criado o **Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás (CEP-SAÚDE)**. Sua autorização de funcionamento foi concedida por meio da Resolução CEE nº 241, de 20 de dezembro de 2002, que em seu texto recomendou a extinção formal do Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a Área de Saúde, em decorrência da nova denominação. O CEP-SAÚDE foi criado como unidade administrativa complementar da SES-GO e integrante do Sistema Estadual de Educação Profissional, tendo como missão promover a educação profissional na área da saúde, ofertando cursos centralizados e descentralizados, nos níveis básico e técnico, levando-se em conta o avanço do conhecimento, a incorporação crescente de novos métodos, processos de produção e distribuição de bens e serviços e a formação dos indivíduos para o exercício pleno da cidadania.

Em 2005, foi criada a **Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago” (ESAP-GO)**, no nível de Superintendência, por meio da Lei nº 15.260, de 15 de julho de 2005, com o objetivo de se constituir num espaço de coordenação, integração, definição de políticas, planejamento, gestão e execução dos programas de desenvolvimento dos servidores em saúde pública no estado de Goiás, além da articulação interinstitucional para estabelecer parcerias com universidades e outras instituições. Nesta ocasião, o CEP- SAÚDE passou a fazer parte dessa estrutura, tornando-se uma Gerência de Ensino Profissionalizante e Tecnológico. A ESAP-GO possuía as mesmas competências atribuídas ao CEP-SAÚDE, acrescido o papel de articular a realização de Cursos de Especialização em parceria com outras Instituições de Ensino Superior, uma vez que esta não possuía mecanismos legais para certificá-los.

Em janeiro de 2008 foi publicado o Decreto Estadual nº 6.711, de 14 de janeiro de 2008, que dispunha sobre a reforma administrativa do Poder Executivo do Estado, com a



desativação de unidades estruturais básicas e complementares. A Superintendência da ESAP-GO foi desativada com suas respectivas gerências. Suas competências, atribuições, acervos e demais recursos foram incorporados à Escola de Governo da Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Em 2010, a lei nº 17.096 retornou a ESAP para as competências da SES.

Em 2011, foi criada a **Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS (SEST-SUS)** da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, composta pela Gerência da Escola Estadual de Saúde Pública “Cândido Santiago”, Gerência de Administração Setorial e Captação de Recursos e pela Gerência do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos – Leide das Neves Ferreira.

Nos anos de 2017 e 2018, houve uma expansão e aprimoramento das atividades educacionais vivenciadas pela SEST-SUS, tais como: o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação enquanto **Escola de Governo** com aptidão para ofertar e certificar os cursos de Especialização *Lato Sensu*; o aprimoramento do Ambiente Virtual de Aprendizagem – (AVA) e a implementação de novos cursos de qualificação e aperfeiçoamento na modalidade de educação a distância (EaD), maior oferta de cursos de atualização e aperfeiçoamento na modalidade presencial e a modificação da estrutura organizacional e dos processos de trabalho de cada unidade da SEST-SUS.

Em 2019, a organização administrativa do Poder Legislativo do estado de Goiás foi alterada e a SEST-SUS passou a se chamar **Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG)** por meio da Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019.

Hoje a Superintendência da Escola de Saúde de Goiás tem formado profissionais de saúde em diversas áreas do conhecimento e níveis de formação, incluindo a pós-graduação *Lato Sensu* e, em parceria com a UFG, o Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, tendo alguns de seus servidores como docentes deste programa. As parcerias para oferta de cursos de especialização têm se dado com as principais instituições do estado (UFG, PUC-GO, UEG). No plano Federal, a principal parceria nesta área vem se realizando com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ).

## 2.2 Cursos Ofertados

### 2.2.1 Cursos de Educação Permanente/ Continuada

Os cursos de Educação Permanente/ Continuada ofertados pela SESG, também são



comumente denominados de iniciação, qualificação, atualização ou aperfeiçoamento; podem ser ministrados e certificados pelas Escolas de Governo sem a necessidade de autorização junto ao Conselho Estadual de Educação de Goiás, conforme a Resolução CEE-GO nº 6 de 2015. Incluem-se também, nessa categoria, a realização de palestras, oficinas, workshops e congêneres.

Os cursos de Educação Permanente/ Continuada podem ser ofertados nos níveis:

**a. Atualização**

São cursos destinados a atualizar os profissionais em atividades, procedimentos, protocolos, técnicas, manejos e outros que, devido ao avanço técnico e/ou tecnológico, se modificam no decorrer da atividade profissional. Visam preparar os profissionais para novos desafios nos processos de trabalho.

Apresentam carga horária inferior a 180 horas, conforme dispõe a Resolução CEE-GO nº 6 de 2015.

**b. Capacitação/Qualificação**

São cursos direcionados aos profissionais que almejam adquirir conhecimento em ferramentas ou funções específicas. Visam preparar os participantes para enfrentar variadas situações referentes às atividades que exercem, gerando autonomia e autoconfiança nesses profissionais para novas práticas. Torna-se processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais.

Apresentam carga horária inferior a 180 horas, conforme dispõe a Resolução CEE-GO nº 6 de 2015.

**c. Aperfeiçoamento/Aprimoramento**

São cursos destinados aos profissionais que possuem experiência e formação na área de atuação e desejam ampliar os seus conhecimentos específicos naquela área. Objetivam o aprimoramento de capacidades/competências nas múltiplas dimensões que assegurem a qualificação voltada ao atendimento das necessidades do sistema de saúde pública.

Apresentam carga horária igual ou superior a 180 horas, conforme dispõe a Resolução CEE-GO nº 6 de 2015.

**2.2.2 Cursos Técnicos e Pós-Técnicos de Nível Médio**



Os cursos de educação profissional técnica de nível médio compõem o nível básico da Educação Brasileira, e são destinados a estudantes matriculados no Ensino Médio, ou dele egressos, com o objetivo de proporcionar formação inicial e continuada, qualificação profissional técnica, habilitação profissional técnica, especialização profissional técnica (pós-técnico), segundo perfil profissional de conclusão, atendendo a Resolução CEE-GO nº 4 de 2015.

### 2.2.3 Cursos de Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação ofertados pela SESG são os cursos de Especialização *Lato Sensu* nas áreas de Saúde Pública e Gestão do SUS, Residência Médica e Multiprofissional e *Stricto Sensu*, certificados pela SESG ou por meio de parcerias com outras instituições de ensino.

O Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, uma parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), é um dos exemplos de cursos oferecidos pela SESG que promove o pensamento científico, crítico e reflexivo das ações em saúde, elevando o grau de formação dos trabalhadores do SUS.

## 2.3. Área Física

A Escola, neste momento, encontra-se em reforma para ampliar e modernizar sua infraestrutura com o objetivo de atender melhor a comunidade escolar, bem como os servidores que aqui trabalham.

Após a conclusão da obra a SESG contará com sete salas de aula, salas de metodologias ativas totalmente equipadas, laboratório de enfermagem, laboratório de simulação realística, consultório odontológico modelo, laboratório de informática, salas de reunião, biblioteca, arquivo, almoxarifado, refeitório e auditório; além de salas para a parte administrativa.

## 2.4 Corpo Docente

Atualmente a SESG conta com um quadro de servidores devidamente qualificados, sendo 83 especialistas, 23 mestres e 8 doutores. Estes profissionais são responsáveis tecnicamente pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações educacionais ofertadas. Sua rede de colaboradores envolve profissionais do próprio SUS, que atuam em outras unidades e esferas administrativas do sistema.

O corpo docente que desenvolve as atividades dos cursos é selecionado pela Escola,



respeitando os imperativos jurídicos de uma seleção pública, bem como as exigências pedagógicas que os cursos requerem. Durante o processo de seleção, os candidatos são submetidos a várias etapas, cuja finalidade é a garantia da contratação de profissionais devidamente qualificados para a implementação das atividades de formação e educação permanente em saúde.

Ao longo de todo o processo, os docentes selecionados são avaliados pela Coordenação Pedagógica do Curso, podendo ser desligados caso não apresentem postura ética e desempenho profissional satisfatório (Resolução CIB Nº 181 de 15 de dezembro de 2016).

## 2.5. Corpo Discente

A grande maioria do corpo discente é formada pelos alunos-trabalhadores já inseridos nos serviços de saúde do SUS no estado de Goiás.

## 3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### 3.1. Da Mantenedora

A mantenedora da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás é o Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

#### Identificação da Mantenedora

|                 |                                         |
|-----------------|-----------------------------------------|
| <b>Nome</b>     | Secretaria de Estado da Saúde           |
| <b>CNPJ</b>     | 02.529.964/0001 - 57                    |
| <b>Endereço</b> | Avenida SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz |
| <b>Cidade</b>   | Goiânia – GO – CEP: 74.860-260          |
| <b>Fone</b>     | (62) 3201-3479                          |
| <b>E-mail</b>   | protocolo.saude@goias.gov.br            |

### 3.2 Da Instituição Mantida

|                 |                                                 |
|-----------------|-------------------------------------------------|
| <b>Local</b>    | Superintendência de da Escola de Saúde de Goiás |
| <b>Endereço</b> | Rua 26, nº 521, Setor Jardim Santo Antônio      |
| <b>Cidade</b>   | Goiânia/GO– CEP: 74.853-070                     |
| <b>Fone</b>     | (62) 3201-3410                                  |
| <b>E-mail</b>   | gabinete.escoladesaude@goias.gov.br             |



#### 4. ESTRUTURA ORGÂNICA DA SESG

A Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo, estabeleceu a Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (GOIÁS, 2019). A Portaria SES/GO nº 1.074, de 28 de março de 2023 definiu a estrutura organizacional da SESG em 5 Gerências:

**Gerência de Projetos Educacionais em Saúde;**

**Gerência de Desenvolvimento de Pessoas;**

**Gerência de Suporte Administrativo;**

**Gerência de Desenvolvimento e Ensino em Saúde;**

**Gerência de Pesquisa e Inovação.**

A organização dessas gerências, bem como suas atribuições constam no Regimento Interno da SESG (Disponível em: <https://goias.gov.br/saude/escola-de-saude/>).

## 4.1. Organograma da SESG

**Estrutura Organizacional da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás, 2023 - Portaria SES/GO nº 1.074, de 28/03/2023.**

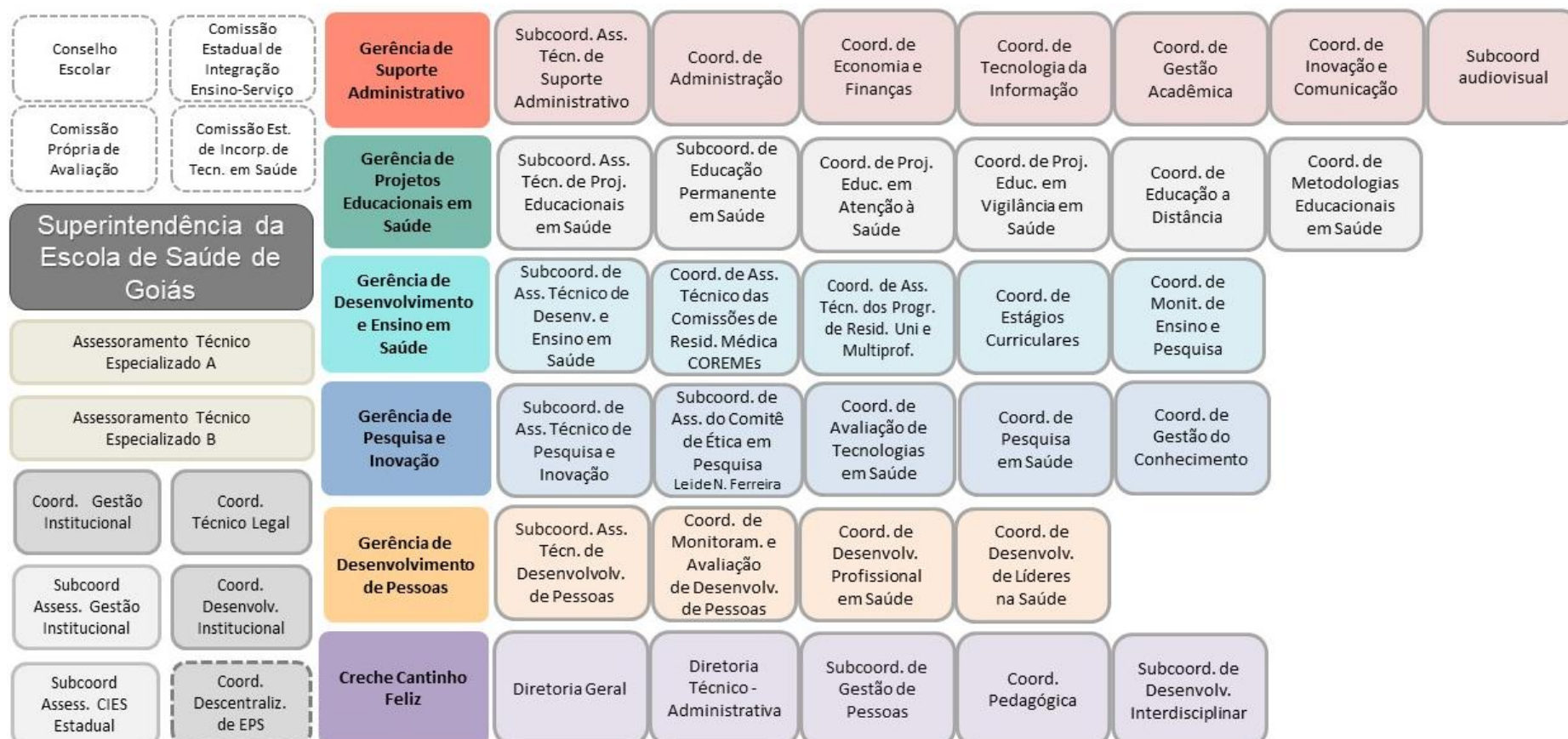


Figura 1- Organograma da SESG



## 5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SESG

A SESG tem uma administração participativa que visa o desenvolvimento de seu projeto político pedagógico. Permite a participação efetiva da comunidade, especialmente dos trabalhadores do SUS, no respeito à pluralidade, à diversidade cultural e à riqueza das desigualdades locais e regionais, cumprindo sua função social.

As prioridades identificadas e apresentadas pelo coletivo contribuem para a avaliação e/ou reformulação do Projeto Político Pedagógico. Desse processo, resulta um plano de ação estratégico que busca garantir a qualidade e a eficiência do ensino, a potencialização dos diversos recursos e fazer com que as pessoas se sintam parte integrante desta administração.

A SESG possui autonomia pedagógica interna, espaço de liberdade, de mediação, próprio do fazer educativo, uma vez que visa uma educação de qualidade.

Esta Escola integra a **Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola)** composta, em 2024, por 54 Escolas, Núcleos de Saúde e Centros Formadores, integrando Escolas ligadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Saúde e Centros Universitários engajados nessas atividades nas cinco regiões do País. A RedEscola é um espaço de diálogo permanente entre instituições de ensino de saúde no Brasil, favoráveis à construção de consensos em torno de uma educação permanente, que valorize a transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho e que fortaleça o controle social.

A SESG integra, também, a **Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS)** constituída por Escolas técnicas e centros formadores de Recursos Humanos do SUS existentes nos estados brasileiros. Possui como principais objetivos o compartilhar práticas e conhecimentos e a difusão de metodologias e outros recursos tecnológicos destinados à melhoria das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica, tendo em vista a implementação de políticas de recursos humanos em saúde.

Esta Escola integra, ainda, a Rede Colaborativa das Escolas Estaduais de Saúde Pública (Redecoesp) que tem o propósito de promover o fortalecimento da Gestão da Educação na Saúde no âmbito das Secretarias Estaduais de Saúde (SES), a partir da



atuação sinérgica das Escolas Estaduais de Saúde Pública, no que se refere às suas dimensões técnicas, organizacionais e pedagógicas. O funcionamento da Redecoesp se dá pela participação dos dirigentes e equipes gestoras e técnicas das escolas, sob a coordenação do CONASS, com a mediação de uma Secretaria Executiva. Dentre os desafios da Redecoesp está o de estabelecer uma robusta e ágil troca de conhecimentos e experiências entre as escolas e as áreas de Gestão da Educação das SES, constituindo-se como instrumento para a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas da área e fortalecimento do SUS.

## **5.1 Tipos de demandas de projetos de cursos direcionados à SESG para execução**

### **5.1.1 Demanda Ascendente**

Referem-se às qualificações/formações apontadas pelos 246 municípios do estado de Goiás. A SESG participa do levantamento ascendente de necessidades de qualificação em todo o território goiano por meio das Regionais de Saúde, das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) e das Comissões Intergestores Regionais (CIR's), resultando no Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS). Esse planejamento fundamenta o conteúdo do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS).

As instâncias colegiadas de discussão e deliberação dessa demanda de cursos ascendente são: Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES), Grupo Técnico (GT) Gestão e Governança, Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e a Comissão Intergestora Bipartite (CIB).

### **5.1.2 Demanda Descendente**

Referem-se às qualificações/formações apontadas pelo Ministério da Saúde e/ou demandas solicitadas à SESG que não estejam contemplados no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde vigente.

As propostas de Projetos/Cursos de abrangência estadual deverão ser apresentadas, discutidas e pactuadas nas CIR's, através das CIES Regionais e encaminhadas à Secretaria Executiva da CIES Estadual, em forma de Resoluções direcionadas ao Gabinete da SESG. A partir desta fase, dá-se continuidade ao fluxo, elaborando o projeto para execução. A elaboração do Projeto de Curso é realizada



pela equipe técnica, a partir das informações prestadas pelo proponente. O proponente valida o projeto elaborado e dá prosseguimento à execução do curso.

## 6. MISSÃO

A missão da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG) é impactar positivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiás por meio da formação e qualificação dos profissionais do SUS, do desenvolvimento, fomento e incentivo à pesquisa e inovação institucional e do desenvolvimento dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO).

## 7. VISÃO

A visão da SESG é ser referência em ensino e pesquisa para o SUS, com foco na integração ensino-serviço-comunidade.

## 8. VALORES



## 9. FINALIDADES

Para fortalecer o Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado de Goiás, compete à



Superintendência da Escola de Saúde de Goiás fomentar e incentivar a pesquisa em saúde e a inovação institucional, exercer a gerência sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores do SUS, além de desenvolver os servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás nas suas competências profissionais.

A composição do Plano de Saúde em Goiás deve sempre contar com diretriz estratégica cujas metas e ações apontem para o desenvolvimento de processos de trabalho voltados ao cumprimento de tais finalidades consensuadas e deliberadas para a SESG.

O alcance de eficiência, eficácia e efetividade nos processos de educação na saúde está pautado em ações educacionais que apresentem, cada vez mais, propositura de intervenções nos processos de trabalho dos serviços ofertados à população goiana usuária do SUS, considerando as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Ressalta-se que é importante garantir recursos orçamentários para a entrega de produtos nas ações desenvolvidas pela SESG, proporcionando o atingimento das metas pactuadas em consonância com a referida diretriz.

Para tanto, a SESG, norteadas pelos princípios e diretrizes do SUS, planeja e apresenta orientações técnicas para o desenvolvimento de suas competências de forma político-participativa ascendente, por meio do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS).

Os processos de formação/qualificação devem adotar critérios que permitam avaliar a adequada forma de utilização dos recursos financeiros; a coerência interna entre objetivos de aprendizagem e resultados alcançados; e a coerência externa entre conteúdos ministrados e seus reflexos sobre processos de trabalho e desempenho dos serviços. Implica, também, no fomento ao desenvolvimento da pesquisa, de forma a identificar os fatores que condicionam e determinam a situação de saúde existente e a mensuração dos efeitos das intervenções feitas, incluídas as de formação/qualificação e desenvolvimento de pessoal.

O desenho metodológico para captação de demandas e sua influência sobre qualidade do trabalho desenvolvido pelas equipes e unidade justifica a criação de *expertise* no campo da avaliação dos processos de educação permanente, possibilitando uma reflexão crítica das técnicas pedagógicas inovadoras aplicadas.



Deste modo, assim como em vários setores da SES-GO, a SESC oferta qualificação aos trabalhadores e comunidade em geral, entretanto, considerando a temática **“educação na saúde”** ela se destaca por gerenciar todas as ofertas de EPS para os trabalhadores do SUS no âmbito da SES-GO.

Quanto ao desenvolvimento de pessoas, a SESC elabora estratégias alinhadas aos objetivos da SES-GO com a intenção de promover o crescimento profissional dos servidores por meio do aperfeiçoamento de acordo com a evolução das carreiras e diretrizes de desenvolvimento profissional do Estado de Goiás.

A SES-GO por intermédio da SESC oferta e certifica cursos nas modalidades presencial, semipresencial e em Educação a Distância (EaD), sendo esta última, de forma remota ou por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Para o público **“Trabalhadores do SUS”** diversos cursos ofertados adotam os seguintes termos:

- **Cursos de Educação Permanente/Continuada:** englobam cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização;
- **Cursos Técnicos de Nível Médio:** destinados a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e/ou egressos do ensino médio;
- **Cursos Pós-Técnicos de Nível Médio:** destinado a complementar a habilitação profissional ao aluno egresso de um curso técnico em saúde;
- **Cursos de Pós-graduação *lato sensu*:** destinado a proporcionar formação em nível de especialização. Estão aqui incluídos, também, os programas de residências médica e em área multiprofissional da saúde;
- **Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*,** por meio do acompanhamento de convênios com Instituições de Ensino Superior.

## 10. OBJETIVOS

### 10.1 Objetivo Geral

Impactar positivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiás por meio da formação e qualificação dos trabalhadores do SUS, do desenvolvimento, fomento e incentivo à pesquisa e inovação institucional e do desenvolvimento dos servidores



da Secretaria de estado da Saúde de Goiás (SES-GO).

## 10.2 Objetivos Específicos

- fomentar a inovação e pesquisas com vistas a melhoria da saúde da população do Estado de Goiás;
- promover processos de educação permanente em saúde no estado de Goiás de forma eficiente, eficaz e efetiva; e
- desenvolver as competências profissionais dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

## 11. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA SESC

A construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição de ensino traz em si o objetivo de estruturar todas as ações a serem desenvolvidas pelos seus agentes. Essas estruturas devem estar alinhadas aos marcos referenciais, políticos e pedagógicos estabelecidos. Uma dessas estruturas, essenciais à otimização dos resultados, está relacionada aos procedimentos (formas, maneiras, meios, métodos) que tanto os docentes utilizam ao ensinar quanto os discentes, ao aprender. Pois, sabe-se que estabelecer os processos de ensino-aprendizagem é tão importante para os docentes que ensinam quanto para os discentes que aprendem e seria contraditório os agentes desses processos quererem que todos ensinassem ou aprendessem da mesma maneira, de forma igual.

No contexto atual, a tecnologia e a internet converteram os espaços de ensino e aprendizagem mais dinâmicos e complexos, tornando quase tudo acessível e simultâneo. Assim, é cada vez mais frequente que alunos cheguem às salas de aula apropriados e empoderados de conhecimentos e saberes.

Com isso, o docente necessita estar preparado diante dessa imprevisibilidade que se tornou o cenário chamado “sala de aula”, que, principalmente com a internet, ganhou dinamismo, além de uma arquitetura e um **design** diferente, em que as paredes físicas, as distâncias e os idiomas deixaram de ser barreiras e passaram a ser procedimentos facilitadores ou dificultadores, dependendo de como acontecem os processos de ensino e aprendizagem.

Deste modo, o docente precisa estar ciente de que o seu “sucesso” ou o seu



“fracasso” ao final de uma aula depende realmente de como ela aconteceu. Para isso, terá que estruturar seu trabalho docente tomando por base:

- o Marco Referencial, que é o eixo teórico, resultado do desdobramento, da conjugação de três partes fundamentais, definidas como **marco** ou **ato situacional, conceitual e operacional**;
- a Tipologia dos Conteúdos que Zabala (1998) define em três categorias: atitudinais, conceituais e procedimentais e que os relacionamos aos quatro pilares da educação de DELORS (2012): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser no desenvolvimento das competências desejadas.

Além disso, o docente deve atentar-se para os meios, maneiras, dinâmicas, técnicas e outras ferramentas pedagógicas, “**estrategicamente**” selecionadas para o desenvolvimento de competências e habilidades, tendo-se em mente os objetivos e as diversidades de aprendizes e situações de aprendizagens que ele encontrará em um contexto escolar.

Aqui chegamos a um ponto primordial, **o pensar estrategicamente para atingir os objetivos propostos nos planos de aula, de ensino e de curso**. Etimologicamente, o termo **estratégia** provém do grego *strategós* e do latim *strategia* que “significa a arte de aplicar ou explorar os meios e as condições favoráveis e disponíveis, com vista à consecução de objetivos específicos” (ANASTASIOU; ALVES, 2003, p. 75-76). Lembrando que o uso deste termo teve origem na arte militar na Grécia antiga e está relacionado à maneira que os generais definem suas ações na arte de fazer a guerra.

A exemplo da vertente militar, outras áreas como a política, a economia, as ciências em geral e outras adotaram o termo estratégia e a educação também a utiliza em vários contextos, principalmente como sinônimo de planejamento com suas variadas definições:

- **Planejamento Educacional:** incorpora e reflete as grandes políticas educacionais: nacional, estadual ou municipal (VASCONCELOS; 2000);
- **Planejamento Curricular:** instrumento que orienta a ação educativa por meio dos diversos componentes curriculares e que sistematiza e ordena a



vida escolar do aluno (VASCONCELOS; 2000);

- **Plano de ensino, Plano de aulas:** processo de racionalização, organização e articulação da ação docente, assegurando a aplicação dos elementos que compõem o processo de ensino (LIBÂNEO, 1994);
- **Planejamento de Ensino:** processo de decisão que resulta no plano de trabalho que é a sistematização e justificativa das decisões relativas às ações a serem realizadas (PADILHA, 2001).

Todas essas definições reforçam a ideia de **estrategista** que o docente assume diante do plano que é o produto do planejamento, tornando-se este um mapa, um norteador, com objetivo de orientar a formalização de sua prática docente e dos processos pedagógicos. Justificando a adoção do termo estratégia, segundo Anastasiou e Alves (2003), no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores estratégias, técnicas ou dinâmicas facilitadoras da aprendizagem.

### 11.1 Conceitos e termos importantes utilizados na educação

Várias são as terminologias utilizadas para definir e explicar a organização didático-pedagógica de uma instituição de ensino e de aprendizagem, termos que, às vezes, são sinônimos. Porém, segundo Freitas (2007), apesar da semelhança e da estreita ligação entre eles, é necessário distingui-los.

A **didática** é definida pela mesma autora como o conjunto de princípios e técnicas aplicadas ao ensino de qualquer componente curricular, sistematizando o trabalho docente, com a finalidade de conduzir à aprendizagem e está relacionada ao fazer pedagógico, orientando elementos que vão desde a postura do docente até os meios empregados para promover o ensino e garantir a aprendizagem.

O **método** é um conjunto de técnicas de ensino, organizadas de acordo com os objetivos ou, no dizer de Libâneo (2002), “Os métodos mantêm estreita relação com objetivos, conteúdos e com o sujeito que aprende.”

**Metodologia do ensino** é definida por Nérici (1992), como um “conjunto de procedimentos didáticos, representados por seus métodos e técnicas de ensino”. Já a **técnica**, conforme Freitas (2007), é um tipo de saber que se aplica, normalmente,



com instrumentos e ferramentas úteis ao processo ensino-aprendizagem, enquanto as **estratégias de ensino**, consistem no modo de organizar o saber didático, apresentando as diversas técnicas e os recursos que possibilitam o alcance dos objetivos propostos para a atividade, isto é, pensar e utilizar os recursos mais adequados para não só dinamizar as aulas, mas, principalmente, fazer os elos necessários entre o saber transmitido e sua sedimentação no repertório do aluno.

### **11.2 Pressupostos teóricos**

As tendências pedagógicas utilizadas pela SESG são centradas na ideia de igualdade e oportunidade para todos os educandos, formando continuamente cidadãos aptos a terem uma consciência crítica do mundo, com possibilidades de intervir na sua realidade. Procura-se construir e consolidar uma escola que contribua para a formação do indivíduo para a sociedade.

Em virtude disso, optou-se por uma educação que tenha como referência a realidade e que propicie a reflexão da mesma, considerando/respeitando o educando em suas crenças, valores morais, culturais e éticos e promovendo a autonomia.

A metodologia utilizada tem por referência a reflexão sobre a realidade, proporcionando uma discussão participativa e contextualizada da mesma. Fundamenta-se em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, dando ênfase aos conhecimentos existentes e gerados pelos alunos no cotidiano das experiências educativas desenvolvidas no campo da saúde. O processo pedagógico é efetivado em períodos de atividades teórico-práticas, presenciais e/ou à distância. Busca-se a reconstrução do conhecimento por intermédio de atividades teórico-reflexivas realizadas na escola e na realidade, quando o aluno interage com a prática desenvolvida em seu ambiente de trabalho.

Busca-se então, uma aprendizagem ativa e construída pelo educando a partir da assimilação dos conteúdos socioculturais numa linha interacionista de ensino, na qual o educando constrói a sua aprendizagem vivenciando também as oportunidades criadas no ambiente do trabalho.

### **11.3 Educação Permanente em Saúde**



A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) do Brasil, estabelecida em 2007, representa um marco importante na promoção do desenvolvimento contínuo dos profissionais de saúde e na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS. A PNEPS foi elaborada com base nos princípios do SUS e busca promover uma abordagem integrada e sistemática da educação permanente em saúde em todo o país.

Um dos pontos mais importantes da PNEPS é a definição de linhas metodológicas para a formação do profissional de saúde, visando garantir uma prática educativa que seja reflexiva, contextualizada e orientada para as necessidades do sistema de saúde e da população. Algumas das linhas metodológicas mais relevantes incluídas na política são: 1. Integração Ensino-Serviço-Comunidade; 2. Aprendizado Baseado em Problemas; 3. Educação Permanente em Serviço; 4. Interdisciplinaridade e Intersetorialidade, 5. Desenvolvimento de Competências e Habilidades (BRASIL, 2007).

A SESG tem como uma de suas diretrizes atender às necessidades de Educação Permanente em Saúde (EPS) dos profissionais do SUS. Traz como pressupostos o conceito de saúde da Constituição do Brasil de 1988 e os princípios norteadores do SUS, quais sejam, a universalidade, a equidade e a integralidade da saúde. Assume, portanto, uma posição técnica e também política, de trabalhar para a efetivação das práticas de educação permanente em saúde no território goiano contribuindo para a efetivação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS). Neste contexto, a metodologia adotada pela instituição deve guardar coerência com estes propósitos.

#### 11.3.1 Andragogia: Aprendizagem do Adulto e suas implicações para o ensino na saúde

Segundo Knowles (1990), Andragogia é a arte e a ciência destinada a auxiliar os adultos a aprenderem e a compreenderem o processo de aprendizagem dos adultos. De fato, existem diferenças significativas entre crianças e adultos, o que, naturalmente, provoca diferentes processos de aprendizagem nos mesmos indivíduos quando em diferentes fases da vida (SANTOS, 2010).

O aprendiz adulto tem uma série de características que devem ser levadas em consideração no processo de ensino-aprendizagem. A maturidade da fase adulta



traz a independência. As experiências vividas pelos adultos proporcionam aprendizados e erros que trazem vivências marcantes para toda a vida. Os adultos são capazes de criticar e analisar situações, fazer paralelos com as experiências já vividas, aceitar ou não as informações que chegam. O adulto desenvolve habilidades intelectuais, quer experimentar e vivenciar.

De acordo com Knowles (1990), a Andragogia é baseada em cinco premissas:

- 1. A necessidade de saber** - os aprendizes adultos precisam saber por que eles necessitam aprender algo, antes de se engajarem na tentativa de aprender;
- 2. A independência e o conceito de si mesmo** – adultos precisam sentir-se responsáveis por suas próprias decisões e serem tratados como capazes de auto-dirigir-se;
- 3. Orientação para aprender** – adultos são motivados para aprender na medida em que percebem que irão melhorar seu desempenho nas atividades diárias e profissionais;
- 4. Papel da experiência** – aprendizes adultos têm uma série de experiências de vida que representam o recurso mais rico de aprendizagem. No entanto, essas experiências podem conter pressuposições;
- 5. Disposição para aprender** – adultos estão dispostos a aprender aquilo que eles precisam saber para enfrentar efetivamente situações da vida e profissionais.

#### 11.3.2 Teoria Cognitiva da Aprendizagem e a Aprendizagem Significativa

De acordo com a Teoria Cognitiva da Aprendizagem (TCA), aprender é construir o conhecimento de maneira significativa, a partir do que já se sabe. As chamadas operações cognitivas- pensar, raciocinar, tomar decisões – são valorizadas, e não só os resultados ou a mudança de comportamento, como propõe a Teoria Comportamental (Behaviorismo).

Jerome Bruner, considerado o Pai da Psicologia Cognitiva, propõe uma série de premissas e diretrizes para a aplicação da TCA no processo de ensino-



aprendizagem, destacando-se a aprendizagem por descoberta (*Learning by Discovery*), a importância da participação ativa do aluno em todo o processo de ensino-aprendizagem, desde o desenho do programa educacional até sua avaliação, e a proposta do currículo em espiral, no qual os temas são trabalhados em diferentes momentos e em diferentes contextos e complexidade. Schmidt (1993) propõe seis princípios cognitivos da aprendizagem do adulto: disponibilidade de conhecimentos prévios, ativação dos conhecimentos prévios, estruturação dos conhecimentos na memória, elaboração das novas informações, dependência contextual e motivação para a aprendizagem (intrínseca e extrínseca).

Na TCA, o aprendiz aprende construindo ativamente ideias, gerando significado, interpretando as informações, tomando como base o conhecimento e experiências pré-existentes, o que caracteriza a Aprendizagem Significativa.

Aprendizagem Significativa caracteriza-se pela interação entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. Nesse processo, que é não literal e não arbitrário, o novo conhecimento adquire significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais rico, mais diferenciado, mais elaborado em termos de significados, e adquire mais estabilidade (MOREIRA; MASINI, 1982; MOREIRA, 1999, 2000).

A Aprendizagem Significativa ocorre quando a nova informação “ancora-se” em conhecimentos especificamente relevantes preexistentes na estrutura cognitiva. Ou seja, novas idéias, conceitos, proposições podem ser apreendidos significativamente (e retidos), na medida em que outras ideias, conceitos, proposições relevantes e inclusivos estejam adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e funcionem dessa forma, como ponto de ancoragem para os primeiros (MOREIRA, 1999).

## **12. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS**

### **12.1 Metodologias Ativas de Aprendizagem**

As metodologias ativas de aprendizagem são abordagens pedagógicas que têm como foco central o aluno e sua atuação ativa no processo de construção do conhecimento. Segundo eles, essas metodologias envolvem a promoção de situações de aprendizagem desafiadoras, que incentivam os alunos a refletirem, a buscarem soluções para problemas reais e a interagirem de forma colaborativa.



Dessa forma, as metodologias ativas estimulam o pensamento crítico, a autonomia e a responsabilidade dos estudantes em relação ao seu próprio aprendizado (COSTA, 2005; FERREIRA, 2005; MIZUKAMI, 2017; PASSOS SIMÕES, 2005; TUNES, 2015).

Elas “se baseiam em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos” (BERBEL, 2011).

São muito utilizadas como um processo didático por contribuir com o desenvolvimento da liberdade e autonomia dos alunos, utilizando métodos ou recursos problematizadores como estratégia de ensino-aprendizagem. A oportunidade de problematizar é um elemento essencial da metodologia ativa de aprendizagem, pois estimula os alunos a se engajarem ativamente no processo de construção do conhecimento, ao invés de apenas receberem informações passivamente. Ao identificar e explorar problemas autênticos, os alunos são incentivados a aplicar o conhecimento teórico na prática, a desenvolver habilidades de resolução de problemas e a construir uma compreensão mais profunda e significativa dos conteúdos estudados.

Além disso, ao oferecer ações educativas que levam o profissional do SUS a problematizar, também promove a interdisciplinaridade e a contextualização do conhecimento, ao desafiar os alunos a integrarem diferentes áreas de conhecimento na busca por soluções para problemas complexos e multifacetados.

As metodologias ativas de aprendizagem vieram para inovar as propostas pedagógicas de ensino-aprendizagem na SESG. E isso se deu por conta das mudanças que vêm ocorrendo no mundo atual, que necessitam, cada vez mais, de abordagens educacionais que venham de encontro com as necessidades dos profissionais de saúde, estimulando e desenvolvendo a autonomia e o poder de crítica de forma envolvente e estimulante. Que favoreçam a troca de experiências, as atividades em grupo, a cooperação e o espírito coletivo.

Nesta perspectiva, destacamos a **TBL (*Team-Based Learning*) Aprendizagem baseada em equipes**, que enfatiza ainda mais a participação ativa dos alunos e o engajamento durante todo o processo de aprendizagem. Esta abordagem pedagógica foi desenvolvida para promover a colaboração entre os alunos, o



desenvolvimento de habilidades individuais e mútuas de resolução de problemas e a aplicação prática do conhecimento.

Principais características da aprendizagem baseada em equipes:

- 1. Preparação prévia intensiva:** Antes das sessões presenciais, os alunos são incentivados a se prepararem individualmente através da leitura de materiais e recursos específicos, bem como a realização de atividades para adquirir conhecimentos básicos sobre o tema a ser discutido.
- 2. Avaliação individual e em equipe:** Durante as sessões presenciais, os alunos são testados individualmente sobre o conteúdo estudado previamente. Em seguida, eles se reúnem em equipes para discutir as respostas e chegar a um consenso. Este processo incentiva a responsabilidade individual e o trabalho colaborativo.
- 3. Atividades de aprendizagem ativas:** As sessões presenciais são estruturadas em torno de atividades práticas e desafiadoras, como estudos de caso, simulações, debates e resolução de problemas. Os alunos são incentivados a aplicar o conhecimento adquirido de forma criativa e a trabalhar em equipe para encontrar soluções.
- 4. Feedback imediato:** Durante as atividades em equipe, os instrutores fornecem feedback imediato aos alunos, ajudando-os a identificar pontos fortes e áreas de melhoria. Este feedback contribui para o desenvolvimento contínuo dos alunos e promove a reflexão sobre o processo de aprendizagem.
- 5. Promoção da participação ativa:** O TBL enfatiza a importância da participação ativa dos alunos em todas as etapas do processo de aprendizagem. Os alunos são encorajados a contribuir com suas ideias, compartilhar seus conhecimentos e colaborar com os colegas para alcançar os objetivos de aprendizagem.

O TBL é uma abordagem dinâmica e interativa que visa envolver os alunos de forma mais ativa e significativa em seu próprio processo de aprendizagem. Ao combinar a preparação individual, a avaliação em equipe e as atividades práticas, esta metodologia proporciona uma experiência educacional enriquecedora que promove



o desenvolvimento de habilidades essenciais como a cooperação, o trabalho colaborativo e os princípios éticos da convivência.

## 12.2 Metodologias Problematicadoras

Essa abordagem metodológica coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, desafiando-o a resolver problemas reais e complexos relacionados à prática profissional. A Problemática, o Aprendizado Baseado em Projetos (ABProjetos) e o Projeto de Intervenção estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a busca por soluções colaborativas interdisciplinares e transdisciplinares, preparando os profissionais para enfrentar os desafios do sistema de saúde.

### a. Problemática

Diante da proposta da SESG de formação plena, apresenta-se a necessidade de busca de metodologias que promovam a interação ensino aprendizagem no contexto da realidade do educando.

A problematização amplamente utilizada nos processos educacionais que visam a investigação e reflexão da realidade, oportuniza a apreensão do conhecimento, levando o educando a construí-lo gradativamente a partir de vivências oriundas de situação real ou bem próxima. Bordenave (1999) apresenta este processo ensino-aprendizagem utilizando-se do Método do Arco, do educador espanhol Charlez Maguerez, representado esquematicamente na **Figura 2**.

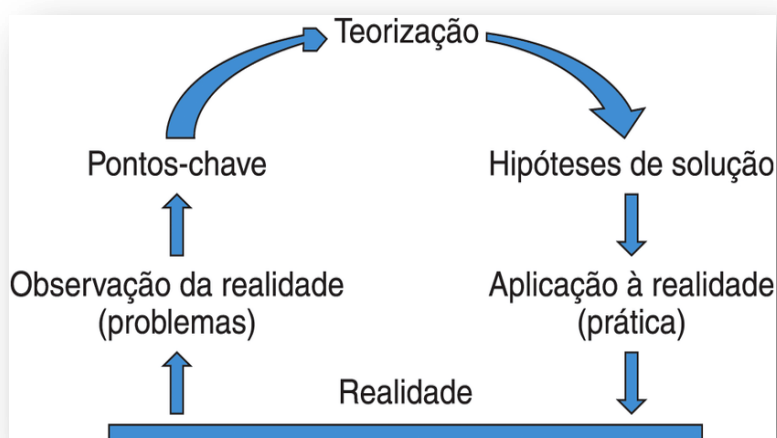


**Figura 2** - Passos do processo de ensino-aprendizagem na Problemática



Antes de descrever os passos deste processo é importante elucidar que a nomenclatura Metodologia da Problemática tem sido usada por Berbel e outros autores por abarcar o sentido da práxis contida no Método do Arco. Na apresentação deste método são descritos cinco passos que se desenvolvem a partir de situações reais. São eles: Observação da Realidade; Pontos-Chave; Teorização; Hipóteses de Solução e Aplicação à Realidade (prática).

A primeira etapa da Metodologia da Problemática é a **Observação da Realidade** a partir de uma temática de estudo. Neste momento, os alunos deverão ser orientados pelo docente para que olhem com atenção e registrem, de forma sistematizada, o que perceberem sobre a realidade do tema em questão. Esta etapa permitirá aos alunos identificar diversas dificuldades que serão problematizadas. Então, um ou vários problemas são distribuídos para o estudo em grupo e há discussão entre os vários grupos, sendo que o docente coopera na redação do problema que trata da síntese dessa etapa e, conseqüentemente, referência das demais etapas de estudo.

A segunda etapa é a dos **Pontos-Chave**. Neste momento, os alunos refletem a respeito das possíveis causas da existência do problema em estudo. É necessário que os aprendizes percebam que os problemas de ordem social são complexos e, geralmente, multideterminados. Seguidamente, os estudantes devem se questionar em relação aos principais determinantes do problema, que abrangem as próprias causas já identificadas. Após essa fase, os alunos ainda deverão observar a existência das variáveis menos diretas que interferem na existência do problema em estudo. Tal estudo deve ser crítico e reflexivo, tendo em vista que os estudantes estão, a todo momento, em busca da solução do problema. A partir dessa análise, os alunos devem elaborar a síntese dos pontos essenciais que deverão ser estudados, no intuito de compreender o problema de maneira profunda e encontrar formas de interferir na realidade para solucioná-lo.

A terceira etapa é a da **Teorização**, momento da investigação, propriamente dita, onde os alunos buscam informações sobre o problema, dentro de cada ponto-chave já definido. Essa pesquisa pode ser realizada na biblioteca, através de entrevistas com especialistas sobre o assunto ou através da observação do problema em



campo. Todo o material de pesquisa deve ser registrado, analisado e avaliado quanto às suas contribuições para resolver o problema.

A quarta etapa é a das **Hipóteses de Solução**. Neste momento, através de todo o estudo realizado, os estudantes devem elaborar, de maneira crítica e criativa, suas possíveis soluções. Essas hipóteses são construídas como fruto da compreensão profunda que se obteve sobre o problema, investigando-o de todos os ângulos possíveis.

A quinta e última etapa desse processo é a da **Aplicação à Realidade** e ultrapassa o exercício intelectual, na medida em que o educando desenvolve-a no contexto de que manipula, compreende e utiliza esses conhecimentos de modo flexível, transferível, multilateral, adquirindo assim, uma cultura elaborada, ou seja, a cultura crítica, trabalhada e construída com fundamentos que tem por base os saberes críticos sobre a vida, as ciências e sobre as atividades do trabalho.

#### **b. Aprendizagem Baseada por Projetos**

A SENG no intuito de romper paradigmas do ensino tradicional propõe para seus processos de ensino-aprendizagem metodologias investigativas que levam o profissional do SUS a se instrumentalizar na análise da realidade e levantamento de problemas, como também na criação de estratégias de intervenção para a transformação dessa realidade. A aprendizagem baseada em projetos oportuniza essa trajetória de aprendizado.

A aprendizagem baseada em projetos, ou, em inglês, *Project Based Learning*, é sobre uma metodologia que tem o intuito de efetivar a aprendizagem através de projetos. Projetos estes que serão elaborados e pensados por uma equipe pedagógica que vise o desenvolvimento de competências como autenticidade, pensamento crítico, trabalho em equipe, utilização de tecnologias e o protagonismo de forma ativa daquele aluno. (MASSON et al., 2012).

A aprendizagem baseada em projetos é uma abordagem educacional que envolve os alunos na realização de projetos significativos e contextualizados, nos quais eles aplicam conhecimentos e habilidades para resolver problemas reais ou investigar questões de interesse.



Tendo isso em mente, esses principais requisitos serão incorporados na aprendizagem baseada em projetos, onde suas principais características se dão por: ter o aluno como centro do processo; desenvolver-se em grupos tutoriais; caracterizar-se por ser um processo ativo, cooperativo, integrado e interdisciplinar/transdisciplinar e orientado para a aprendizagem do aluno de forma ativa.

A aprendizagem baseada em projetos envolve tarefas autênticas para solucionar problemas palpáveis do mundo real, centralizada em uma disciplina ou componente curricular e envolvendo projetos de curto prazo. Ao desenvolver as tarefas ou etapas o aluno desenvolverá as habilidades necessárias para a transformação dos contextos e realidade vivenciada.

Embora as fases específicas possam variar dependendo do contexto e da metodologia utilizada, abaixo está um esquema geral das fases comuns da aprendizagem baseada em projetos.

- **Planejamento e definição do projeto:**

- ✓ Identificação do tema ou problema a ser investigado;
- ✓ Definição de objetivos de aprendizagem e resultados esperados;
- ✓ Estabelecimento de critérios de avaliação e prazos;
- ✓ Formação de grupos de trabalho, se aplicável.

- **Investigação e pesquisa:**

- ✓ Coleta de informações relevantes sobre o tema ou problema;
- ✓ Utilização de diferentes fontes, como livros, artigos, entrevistas, internet, entre outros;
- ✓ Análise crítica das informações e seleção das mais pertinentes para o projeto.

- **Planejamento e desenvolvimento do projeto:**

- ✓ Elaboração de um plano detalhado para a execução do projeto;
- ✓ Divisão de tarefas entre os membros do grupo, se houver;



- ✓ Desenvolvimento de atividades e materiais necessários para a realização do projeto.

- **Implementação do projeto:**

- ✓ Execução das atividades planejadas;
- ✓ Registro do progresso e acompanhamento das etapas do projeto;
- ✓ Adaptação do plano, se necessário, com base nos desafios encontrados durante a implementação.

- **Apresentação dos resultados:**

- ✓ Preparação de uma apresentação ou exposição dos resultados do projeto;
- ✓ Compartilhamento das descobertas, conclusões e aprendizados com a comunidade escolar ou outros públicos relevantes;
- ✓ Recebimento de feedback e reflexão sobre o processo e os resultados alcançados.

- **Avaliação e reflexão:**

- ✓ Avaliação do processo e dos produtos do projeto com base nos critérios estabelecidos;
- ✓ Reflexão individual e em grupo sobre os desafios enfrentados, as soluções encontradas e os aprendizados adquiridos;
- ✓ Identificação de áreas de melhoria e planejamento de futuras ações.
- ✓ Este ciclo da aprendizagem baseada em projetos fornece uma estrutura sistemática e cíclica para o desenvolvimento de projetos educacionais, promovendo a participação ativa dos alunos, o aprendizado significativo e a reflexão contínua sobre o processo e os resultados obtidos.

### **c. Projeto de Intervenção**

Um projeto de intervenção (PI) é uma proposta de ação construída a partir da identificação de problemas, necessidades e fatores determinantes. O termo “projeto” refere-se a um plano para realização de uma ação coordenada no futuro, ou seja,



algo que se lança à frente, sustentado em objetivos a serem alcançados. Já a palavra “intervenção” implica uma ação objetiva, um fazer concreto numa dada realidade. Nesse sentido, um projeto de intervenção deve definir e orientar as ações planejadas para resolução de problemas e/ou necessidades identificadas, preocupando-se em gerar mudança e desenvolvimento (BRASIL, 2016).

Esse tipo de formação visa produzir inovações ou apoiar a transformação de práticas, processos ou produtos na área da saúde e no contexto do sistema de saúde brasileiro. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a dimensão educacional na construção dos projetos de intervenção (CALEMAN et al., 2016).

### **As Fases do Projeto de Intervenção:**

#### **1. Fase exploratória**

Trata-se do ponto de partida do projeto. É a etapa em que se realiza a definição de um tema e uma situação problema. O tema diz respeito a área de conhecimento na qual a problema está inserido. O problema é a questão que se busca resolver. Deve ser claro, preciso, empírico, delimitado e passível de solução;

#### **2. Justificativa**

Deve ser embasada pelos fatores que determinaram a escolha do problema a ser resolvido por meio do PI. Apresentar a contribuição e relevância social, científica ou prática da proposta interventiva na resolução do problema no campo de trabalho e/ou na situação de saúde local.

#### **3. Contexto**

Deve apresentar informações sobre o contexto social e econômico do local (município e/ou instituição) onde será realizada a intervenção. Descrever informações geográficas, demográficas, aspectos educacionais e organização econômica local.

Apresentar, resumidamente ainda, informações sobre a instituição em que será aplicado o PI. Apontar o panorama hierárquico em relação ao quadro administrativo local, missão, objetivos, tipos de serviço prestados à comunidade.

Ainda nesta seção devem ser descritos, sucintamente, os atores sociais envolvidos no problema e os que serão beneficiados pelo PI.



#### **4. Revisão de literatura**

Esta seção deve fornecer as bases teóricas necessárias para compreender as questões relacionadas ao problema e a intervenção proposta. Apresentar o que já se sabe a respeito do problema, as intervenções já realizadas para sua correção. Apontar os meios utilizados de intervenção e os resultados obtidos.

#### **5. Objetivos e metas**

Descrever o objetivo geral do projeto apoiado no diagnóstico realizado, os objetivos específicos e as metas a serem alcançados

#### **6. Metodologia do Planejamento ou Plano de Ação**

Nessa seção deve ser detalhado todo o processo de planejamento do PI, descrevendo todos os procedimentos, técnicas, instrumentos e meios adotados para a execução das ações. Devem ser apontados ainda, os atores sociais envolvidos e qual o nível de participação/responsabilidade de cada um.

#### **7. Orçamento**

Descrever o conjunto de recursos necessários para a aplicação do plano. Apresentar também a origem da fonte de financiamento.

#### **8. Cronograma**

Esta seção deve detalhar o tempo estimado, por etapa, para que a proposta seja concluída. Deve identificar as etapas e a divisão de tempo por período, conforme a extensão do projeto e os responsáveis pela realização de cada fase/ação

#### **9. Intervenção propriamente dita:**

Aplicação da proposta de intervenção na realidade.

#### **10. Resultados esperados e obtidos**

Descrever os resultados esperados e os obtidos com o desenvolvimento da intervenção. Podem ser resultados parciais ou finais para intervenções ainda em desenvolvimento. Os resultados devem estar relacionados ao objetivo geral e aos objetivos específicos do projeto.

#### **12.3 Estratégias de Ensino**

São vários os tipos de estratégias, técnicas ou dinâmicas de ensino-aprendizagem



que os professores podem utilizar em sua prática pedagógica (ANASTASIOU; ALVES, 2003).

Podem ser:

- **Aula expositiva dialogada:** é uma abordagem de ensino que combina elementos de exposição do conteúdo pelo professor com interações e diálogos com os alunos. Nesse formato, o professor apresenta o conteúdo de forma organizada e estruturada, explicando conceitos, teorias ou informações relevantes sobre o tema em questão. No entanto, ao invés de apenas transmitir conhecimento de forma unilateral, o professor também incentiva a participação dos alunos, promovendo discussões, fazendo perguntas e respondendo às dúvidas levantadas pela turma.
- **Sala de aula Invertida:** o termo originado do inglês *flipped classroom* significa a inversão da lógica de aula tradicional: primeiro o aluno faz a internalização dos conceitos essenciais antes da aula e depois, junto à turma, discute os conhecimentos adquiridos e tira possíveis dúvidas de conteúdo com a ajuda e orientação do professor.
- **Portfólio:** os portfólios são ferramentas valiosas utilizadas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do curso, registrar suas experiências de aprendizagem e promover a reflexão crítica sobre sua prática profissional. Podem ser físicas ou digitais. Existem diferentes tipos de portfólios utilizados no ensino de profissionais da saúde, cada um com características e finalidades específicas: portfólio reflexivo, portfólio de desempenho clínico, portfólio de aprendizagem baseada em problemas (ABP), entre outros.
- **Estudo dirigido:** O estudo dirigido é uma estratégia de ensino que envolve a orientação e direcionamento dos alunos por parte do educador para explorar um determinado tema ou conteúdo de forma mais autônoma e estruturada. Nesse método, o professor fornece aos alunos materiais de estudo, como textos, artigos, vídeos ou exercícios, e estabelece orientações claras sobre o que deve ser aprendido e como o estudo deve ser conduzido.



- **Dramatização:** A dramatização é uma técnica de ensino que envolve a representação de situações ou eventos por meio de encenações teatrais ou simulações. Nesse contexto, os participantes assumem papéis ou personagens específicos e atuam de acordo com um roteiro ou uma narrativa previamente estabelecida. A dramatização é frequentemente utilizada como uma estratégia pedagógica para promover a compreensão, a reflexão e a aprendizagem significativa, permitindo aos participantes explorarem diferentes perspectivas, vivenciarem experiências práticas e desenvolverem habilidades sociais e emocionais. Essa técnica pode ser aplicada em diversos contextos educacionais, desde sala de aula até treinamentos corporativos, e pode ser adaptada de acordo com os objetivos e as características específicas do grupo e do conteúdo a ser abordado.
- **Seminário:** O seminário é uma atividade educacional que envolve a apresentação e discussão de um tema específico por um grupo de pessoas, geralmente alunos, especialistas ou profissionais, diante de uma plateia. Durante um seminário, os participantes têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos, ideias, pesquisas e experiências relacionadas ao tema em questão. Apresenta as fases: preparação, apresentação e discussão.
- **Estudo de caso:** no contexto educacional, o estudo de caso é amplamente utilizado como uma estratégia de ensino e aprendizagem. Os casos podem ser apresentados aos alunos como exemplos reais ou fictícios de situações complexas ou desafiadoras, que exigem análise, interpretação e resolução de problemas. Os alunos são incentivados a examinar o caso, identificar questões-chave, analisar diferentes perspectivas, formular hipóteses e propor soluções ou recomendações com base em seu conhecimento teórico e prático. Promove a interdisciplinaridade, integrando diferentes áreas do conhecimento.
- **Júri simulado:** é uma atividade educacional que simula um julgamento judicial, onde os participantes assumem diferentes papéis, como advogados de defesa, promotores de justiça, jurados e testemunhas, para



analisar e debater um caso fictício ou real.

- **Simpósio:** palestras apresentadas por várias pessoas sobre um determinado assunto.
- **Estudo do meio:** O estudo do meio é uma atividade educacional que visa proporcionar aos alunos experiências de aprendizagem fora do ambiente escolar tradicional, explorando diferentes contextos e ambientes da comunidade local, da cidade, da região ou até mesmo de outros locais geográficos. Durante o estudo do meio, os alunos têm a oportunidade de vivenciar situações reais, observar fenômenos naturais e sociais, interagir com o ambiente físico e humano, e aplicar conceitos e conhecimentos aprendidos em sala de aula. Essa atividade pode incluir visitas a museus, parques naturais, instituições culturais, empresas, comunidades locais, entre outros locais de interesse. Os alunos são guiados por professores ou facilitadores, que proporcionam orientação, mediação e oportunidades de reflexão durante as atividades.
- **Estudo dirigido:** é uma estratégia de aprendizagem em que os alunos são orientados pelo professor a estudarem um determinado conteúdo de forma mais autônoma e estruturada. Nessa abordagem, o professor fornece aos alunos materiais de estudo, como livros, textos, vídeos ou exercícios, e estabelece diretrizes claras sobre o que deve ser aprendido e como o estudo deve ser conduzido.
- **Oficina:** é uma atividade educacional ou de aprendizagem prática, na qual os participantes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades e experiências por meio da realização de atividades práticas, experimentações ou exercícios específicos. Geralmente, as oficinas são conduzidas por facilitadores, instrutores ou especialistas em determinada área, que fornecem orientação, demonstrações e suporte durante a realização das atividades.
- **Painel:** Discussão informal de um grupo de estudantes, indicados pelo professor (que já estudaram a matéria em análise, interessados ou afetados pelo problema em questão), em que apresentam pontos de vista antagônicos na presença de outros. Podem ser convidados estudantes de



outras fases, cursos ou mesmo especialistas na área (ANASTASIOU; ALVES, 2003).

- **Palestras:** Possibilidade de discussão com a pessoa externa ao ambiente universitário/empresarial sobre um assunto de interesse coletivo, de acordo com um novo enfoque; Discussão, perguntas, levantamento de dados, aplicação do tema na prática, partindo da realidade do palestrante (MARION; MARION, 2006; PETRUCCI; BATISTON, 2006).
- **Fórum:** reunião em que todos os membros do grupo têm a oportunidade de participar da discussão de um tema ou problema determinado pelo docente. Pode ser utilizado após um filme, um livro, a leitura de um artigo científico, problema ou fato – histórico ou atual- notícia de jornal, uma excursão, entre outros.
- **Laboratório:** A prática em laboratório é uma atividade educacional que ocorre em um ambiente controlado, conhecido como laboratório, onde os alunos têm a oportunidade de realizar experimentos, manipular materiais, equipamentos e instrumentos específicos, e realizar observações e análises em primeira mão.
- **Ensino com pesquisa/métodos ou metodologias de pesquisa:** Utilização dos princípios do ensino associados aos da pesquisa. Trabalha com a concepção de conhecimento e ciência em que a dúvida e a crítica, assim como a construção coletiva do conhecimento, são elementos fundamentais. Trabalha com os diferentes métodos científicos na produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- **Jogos (games):** é um recurso que usa os princípios do jogo puro. Formam-se as equipes, são oferecidas situações desafiadoras para serem superadas, definem-se as regras (permitido e proibido), delimitação dos espaços, tempo e o cumprimento de objetivos e metas. As decisões são de responsabilidade dos participantes que se tornam agentes do processo, enquanto o aplicador atua como facilitador do mesmo. Aqui pode-se utilizar aplicativos disponibilizados na internet de acesso gratuito ou não, e que permitem acesso síncrono e assíncrono.



- **Técnicas vivenciais/jogos/dinâmicas de grupo:** conjunto de técnicas que consiste em um processo de aprendizagem vivencial, individual ou grupal, onde são criadas situações semelhantes às que os participantes vivem ou viverão em determinados momentos, como na rotina de trabalho. Um problema é proposto e os participantes precisam resolvê-lo. O objetivo é fazer com que os participantes mudem de atitude, experimentem comportamentos mais adequados do que os usados habitualmente, promovendo desenvolvimento das habilidades técnicas, interpessoais e conceituais, levando as pessoas a uma reflexão em seu processo de mudança e transformação. O vivenciar de um processo facilita a internalização de conteúdos com flexibilidade e leveza, ludicidade e reflexão.
- **Simulação realística:** é uma metodologia de treinamento inovadora, apoiada por tecnologias de alta complexidade que, por meio de cenários clínicos, replica experiências da vida real e favorece um ambiente de interatividade, permitindo experiência prática em ambiente seguro, seguida de reflexão guiada por um docente facilitador, impactando tanto no conhecimento quanto em habilidades e atitudes relacionadas à prática profissional (KANEKO; MORAES, 2019).
- **Brainstorming ou tempestade de ideias:** é uma técnica de ideação que tem como objetivo gerar um grande volume de novas ideias. A técnica se baseia em princípios como foco em quantidade, ausência de críticas às ideias e combinação de ideias.
- **Roda de conversa:** A metodologia da roda de conversa é uma prática educativa que promove o diálogo aberto e horizontal entre os participantes, com o objetivo de estimular a reflexão, a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Nessa abordagem, os participantes se reúnem em círculo e têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, opiniões e questionamentos de maneira igualitária, sem hierarquia entre eles. Uma característica essencial da roda de conversa é a prática da escuta ativa, na qual os participantes se dedicam a ouvir com empatia e interesse genuíno as contribuições dos outros. Isso promove a



compreensão mútua, o respeito pelas diferentes perspectivas e a construção de relações interpessoais positivas.

#### 12.4 Recursos Didáticos

Qualquer material poderá se tornar um recurso didático, uma ferramenta pedagógica, dependendo da intencionalidade e aplicabilidade em um momento de aprendizagem, definidos na proposta pedagógica, no plano de aula.

O docente, ao realizar o planejamento de sua aula, deverá estar atento ao material pedagógico a ser utilizado, pois a sua escolha deverá atender a alguns critérios tais como características físicas, motoras, cognitivas e faixa etária dos alunos, além dos conteúdos e dos objetivos de ensino estabelecidos no planejamento, buscando valer-se das tecnologias disponíveis e da sua criatividade. Novamente utilizaremos a conceituação de Freitas (2007, p. 31), que traz os seguintes dizeres a respeito dos



**Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo.**

recursos a serem utilizados nas ações pedagógicas:

Sabe-se que são vários os tipos de recursos que podem ser utilizados em um espaço de aprendizado. Além da variedade de materiais e equipamentos didáticos existentes, muitos foram criados com a finalidade pedagógica, isto é, fins didáticos. E outros materiais que apesar de não serem convencionais, acabaram tendo aplicações didáticas, a partir de um planejamento prévio.

Para a autora citada anteriormente, geralmente, os materiais utilizados com fins pedagógicos são classificados como recursos visuais, auditivos ou audiovisuais, ou seja, recursos que podem estimular o estudante por meio da percepção visual, auditiva ou ambas, simultaneamente. Freitas (2007, p. 33) continua dizendo que:



É importante lembrar que nenhum material didático pode, por mais bem elaborado que seja, garantir, por si só, a qualidade e a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Eles cumprem a função de mediação e não podem ser utilizados como se fossem começo, meio e fim de um processo didático (...)

Recursos didáticos são, portanto, as ferramentas que o docente utilizará estrategicamente para alcançar os objetivos propostos/planejados no plano de ensino/plano de aula. Os mais comuns em uma sala de aula são:

- ✓ **Material de leitura básica e complementar:** livros, artigos científicos, e-books ou outros recursos escritos que complementam o conteúdo ensinado em aula e estimulam a reflexão crítica, permitindo aos adultos aprofundarem seu conhecimento. Textos que abordam os conceitos de forma clara e detalhada, com exercícios e exemplos práticos.
- ✓ **Material de áudio e vídeo:** CDs, DVDs, ou arquivos digitais contendo gravações de aulas, palestras, entrevistas e demonstrações práticas que auxiliam na compreensão dos conteúdos. Recursos de áudio: Podcasts educacionais, audiobooks, ou gravações de palestras e entrevistas relevantes para os temas em estudo, oferecendo uma opção alternativa de absorção de conhecimento.
- ✓ **Quadros brancos e marcadores:** Ferramentas essenciais para explicar conceitos, fazer esquemas, diagramas e resolver problemas de forma visual durante as aulas presenciais.
- ✓ **Apresentações em Power-Point ou similares:** Slides elaborados com textos, imagens e gráficos que ajudam na organização e na apresentação dos tópicos de estudo de forma visualmente atrativa.
- ✓ **Materiais manipulativos:** Modelos tridimensionais, jogos educativos, quebra-cabeças e outros objetos físicos que facilitam a compreensão



de conceitos abstratos e promovem a aprendizagem prática.

- ✓ **Software educacional:** Programas de computador que permitem aos adultos simular experimentos, explorar fenômenos complexos e praticar habilidades específicas de forma interativa.
- ✓ **Aplicativos (apps) móveis ou não móveis educativos:** específicos voltados para o aprendizado de adultos, seja para aprender novas habilidades, idiomas, ou reforçar conhecimentos prévios.
- ✓ **Folhetos e guias de estudo:** Material impresso contendo resumos, roteiros de estudo, glossários e dicas práticas para auxiliar os adultos na revisão e na fixação dos conteúdos aprendidos.
- ✓ **Ferramentas online de aprendizagem:** Plataformas de e-learning, cursos online, fóruns de discussão e outras ferramentas virtuais que oferecem flexibilidade de acesso ao conteúdo e interação com outros alunos e professores.
- ✓ **Jogos educativos:** Atividades interativas que permitem aos adultos experimentarem situações práticas ou resolverem problemas de forma lúdica e engajadora.
- ✓ **Kits de experimentação:** Conjuntos de materiais e equipamentos necessários para a realização de experimentos científicos, práticas laboratoriais e atividades práticas relacionadas aos cursos e treinamentos oferecidos para adultos.
- ✓ **Demonstrações práticas e experimentação:** Laboratórios, demonstrações ao vivo, ou atividades práticas que permitam aos adultos experimentarem diretamente os conceitos teóricos aprendidos
- ✓ **Álbum seriado físico ou digital:** é composto por páginas sequenciais que desenvolvem uma mensagem, de maneira progressiva e lógica, oferecendo subsídios (dados ou informações) tanto ao expositor quanto ao público, dando pistas essenciais que conduzem ou roteirizam o assunto tratado. Compõe-se, basicamente, de ilustração e texto, podendo apresentar fotografias, mapas, gráficos, cartazes, letreiros ou qualquer outra informação útil à



exposição de um tema.

- ✓ **Portfólio reflexivo:** pode também ser considerado um recurso didático. Este tipo de portfólio é centrado na reflexão do aluno sobre suas experiências de aprendizagem, incluindo estágios, vivências clínicas, atividades práticas e teóricas. Os alunos são incentivados a registrar suas observações, sentimentos, insights e aprendizados ao longo do curso, refletindo sobre suas experiências, desafios e conquistas. O portfólio reflexivo ajuda os alunos a desenvolverem habilidades de autorreflexão, autoavaliação e desenvolvimento profissional.
- ✓ **Portfólio na aprendizagem baseada em problemas:** os alunos trabalham em grupos para resolver casos/situações complexas, integrando conhecimentos teóricos e práticos na busca por soluções. O portfólio de ABP registra o processo de resolução de problemas dos alunos, incluindo análises de caso, discussões em grupo, planos de intervenção e avaliações individuais. Esse tipo de portfólio ajuda os alunos a monitorar seu progresso na resolução de problemas, a identificar lacunas de conhecimento e a desenvolver habilidades de raciocínio crítico.
- ✓ **Mapa conceitual, mapa mental e infográfico:** construção de diagramas didáticos que relacionam os mais variados assuntos por meio de conceitos-chave/descriptores e unitermos.
- ✓ **Plataformas educacionais:** ambientes virtuais de aprendizagem que permitem a criação de espaços de interação entre os membros da comunidade escolar, produção e configuração do ambiente para o desenvolvimento de cursos e treinamentos, repositório de material ou conteúdo didático.

## 12.5 Educação a Distância

A discussão sobre a pertinência da Educação a Distância (EaD) tem evoluído ao longo do tempo. Inicialmente, houve muita resistência e dúvidas sobre a eficácia e a validade dessa modalidade de ensino em comparação com o ensino presencial



tradicional. No entanto, à medida que a EaD se tornou mais difundida e popular, especialmente devido aos avanços tecnológicos, a conversa mudou de foco.

Atualmente, a Educação a Distância é amplamente aceita em muitos contextos educacionais. Ela oferece uma série de vantagens, como flexibilidade de horários, acesso a uma variedade de cursos e programas, e a possibilidade de alcançar estudantes em áreas remotas ou com restrições de mobilidade. Além disso, a EaD tem se mostrado eficaz em diversos níveis de ensino, desde o fundamental até o ensino superior, e em diferentes áreas de estudo.

Em suma, enquanto a pertinência da EaD já foi objeto de debate, hoje em dia, o foco principal está em garantir que ela seja realizada com qualidade, aproveitando os avanços tecnológicos e as melhores práticas pedagógicas para oferecer uma experiência educacional significativa e eficaz para os alunos.

Considerando este contexto, a SESG tem investido progressivamente na oferta e no aprimoramento de cursos a distância. Desde 2014, primeiro utilizando um Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA cedido pelo **IPTSP-UFG**, e posteriormente já com ambiente próprio, milhares de profissionais da saúde de Goiás já foram formados em cursos para diferentes públicos e níveis de ensino.

Além dos cursos a distância com tutoria, a Escola de Saúde vem desde 2020 ofertando cursos autoinstrucionais com temáticas diversas, como pesquisa científica, amamentação e doação de órgãos, entre outros. Os cursos autoinstrucionais são aqueles disponibilizados em plataforma virtual para serem realizados a partir de um desenho auto explicativo, sem a mediação de tutores, baseado no estudo autodirigido.

A Coordenação de Educação a Distância, setor responsável por esta modalidade na SESG, atua em diferentes frentes como capacitação de tutores e conteudistas, na elaboração de manuais tanto para produção de materiais didáticos para essa modalidade, como para o uso do AVA da SESG com segurança e facilidade por docentes e discentes.

Em 09 anos de existência, a Educação a Distância da SESG avançou significativamente, contando com uma equipe que possui domínio sobre o AVA que administra e que formalizou e padronizou seus processos de trabalho.



Todavia, a equipe também tem clareza da gigantesca revolução tecnológica em curso e da necessidade de aprimoramento constante, especialmente por se tratar de uma modalidade educacional mediada por tecnologia.

Um dos avanços recentes na EaD da SESG foi o desenvolvimento de inúmeros podcasts para os cursos ofertados em 2023 e 2024. O investimento nesse tipo de mídia decorreu da gratuidade da mesma, assim como na facilidade de sua produção e do entendimento que o uso de podcasts na educação permanente dos profissionais de saúde é uma estratégia extremamente valiosa e eficaz. Aqui estão algumas razões pelas quais os podcasts são importantes nesse contexto:

- **Acessibilidade e conveniência:** Os profissionais de saúde muitas vezes têm agendas lotadas e horários irregulares. Os podcasts oferecem flexibilidade, permitindo que os profissionais ouçam o conteúdo durante deslocamentos, exercícios físicos ou durante intervalos no trabalho.
- **Conteúdo atualizado:** Na área da saúde, é crucial manter-se atualizado com as últimas descobertas, práticas e tecnologias. Os podcasts permitem que os profissionais acessem informações atualizadas de maneira rápida e conveniente, mantendo-os informados sobre os avanços mais recentes em suas áreas de atuação.
- **Variedade de temas:** Os podcasts abordam uma ampla gama de tópicos relacionados à saúde, desde novas pesquisas médicas até discussões sobre políticas de saúde e práticas clínicas. Isso permite que os profissionais de saúde explorem diferentes áreas de interesse e expandam seus conhecimentos em áreas específicas.
- **Estímulo ao aprendizado contínuo:** A educação permanente é essencial para os profissionais de saúde, pois a área está em constante evolução. Os podcasts fornecem uma maneira acessível e estimulante de promover o aprendizado contínuo, incentivando os profissionais a se manterem atualizados e aprimorarem constantemente suas habilidades.

A preocupação com o aprimoramento do Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA da SESG também é constante, sendo que o mesmo se encontra na segunda versão e com atualizações regulares. Importante ressaltar que a SESG utiliza um AVA



Moodle, denominado Educa Saúde, que é uma plataforma que possui código fonte aberto, ou seja, gratuita. E por ser a plataforma educacional mais usada no mundo inteiro, possui uma comunidade de colaboradores engajada em atualizar a ferramenta com novas funcionalidades e possibilidades. E além disso, é uma plataforma flexível que permite o uso de vários recursos multimídia e espaços de colaboração dos usuários, como os fóruns de discussão, muito utilizados nos cursos da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás.

### **13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Os cursos oferecidos pela SESG são divididos da seguinte forma:

#### **➤ Cursos de Educação Permanente/ Continuada**

Os cursos de Educação Permanente/Continuada são cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e independem de autorização do CEE-GO (GOIÁS, 2015).

Podem ser oferecidos nas modalidades presencial, semipresencial e educação a distância (EaD) (com e sem tutoria).

Na SESG, os cursos de Educação Permanente/Continuada na modalidade presencial, Educação a Distância (EaD) com tutoria, sem tutoria (autoinstrucional) e Semipresencial são divididos em componentes curriculares com carga horária mínima de 10h/a cada, podendo ser agrupados em módulos com carga horária (CH) mínima de 30h/a cada. A CH desses cursos na matriz curricular pode ser composta por CH Teoria e CH Prática. Para os componentes Curriculares na modalidade EaD, poderá haver, também, a CH de EaD e a CH de Ensino Remoto.

#### **➤ Cursos Técnicos e Pós-Técnicos de Nível Médio**

Os cursos Técnicos e Pós-Técnicos de Nível Médio são destinados a estudantes matriculados no Ensino Médio, ou dele egressos, com o objetivo de proporcionar habilitação profissional técnica, qualificação profissional técnica, especialização profissional técnica, segundo perfil profissional de conclusão. A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica, por eixo tecnológico, fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos (GOIÁS, 2015).



Neste tipo de curso, a prática profissional é indissociável da teoria.

Os cursos Técnicos e Pós-Técnicos de Nível Médio são oferecidos na modalidade presencial e podem ter até 20% de sua carga horária à distância conforme Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Na SESG, estes cursos são divididos em Módulos (com carga horária mínima de 30h/a cada) e estes em Componente Curriculares (com carga horária mínima de 10h/a cada). A CH desses cursos na matriz curricular pode ser composta por CH Teoria, CH Prática e CH Estágio Supervisionado. Caso haja algum Componente Curricular na modalidade EaD, poderá haver, também, a CH de EaD e a CH de Ensino Remoto.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio obedecem às disposições das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - o CNCT/MEC. São autorizados pelo Sistema Estadual de Educação de Goiás, representado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás. Possuem, no mínimo, 1200h, sem contar a CH do estágio supervisionado. O estágio profissional supervisionado, quando previsto, é de caráter obrigatório e é condicionante para a conclusão do curso (GOIÁS, 2015). No Curso de Especialização Profissional Técnica (Pós-Técnico), a carga horária mínima é de 20% da correspondente Habilitação Profissional Técnica, acrescida da carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, quando previsto (GOIÁS, 2015).

#### ➤ **Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

Os cursos de Pós-graduação são destinados aos portadores de diploma de graduação, focados em áreas específicas de aplicação tecnológica e científica, obedecendo à regulamentação específica (GOIÁS, 2015). São autorizados pelo CEE-GO.

Os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* certificados pela Escola são na modalidade presencial, e estes podem ter até 40% de sua carga horária na modalidade a distância (GOIÁS, 2022). A carga horária mínima é de 360h, não computados o tempo de estudo individual ou para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (GOIÁS, 2022).



Na SESG, estes cursos são divididos em disciplinas. A CH desse curso na matriz curricular pode ser composta por CH Teoria, e CH Prática. Caso haja algum Componente Curricular na modalidade EaD, poderá haver, também, a CH de EaD e a CH de Ensino Remoto.

#### **14. COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO ÀS COREMES DA SES-GO**

A SESG conta na sua estrutura com a Coordenação de Assessoramento Técnico às COREMEs da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. O grupo iniciou suas atividades em 2016 e é formado por cinco médicos, além de servidores de apoio administrativo e operacional.

Na Coordenação de Assessoramento Técnico às COREMEs as atividades desenvolvidas são direcionadas ao assessoramento técnico de todas as etapas e processos envolvidos na formação dos residentes, desde estimativas e avaliações de viabilidade e necessidade de abertura de novas COREMEs, novos programas e ampliação de vagas em programas já existentes, até a titulação dos residentes. A titulação de especialistas é estabelecida através da emissão de certificado pelas COREMEs nas unidades de saúde da SES-GO.

Dentre as atribuições da Coordenação destacam-se a participação na elaboração dos anexos técnicos contidos nos Contratos com os Parceiros Privados (Organizações Sociais); visitas às Unidades da SES-GO, com vistas ao acompanhamento e monitoramento da execução das atividades dos PRMs; acompanhamento do processo seletivo dos residentes, conforme normas próprias da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM); desenvolvimento de estratégias de estímulo à preceptoria e supervisão dos profissionais que atuam nos PRMs e participação, como membro, das discussões e deliberações da Comissão Estadual de Residência Médica (CEREM-GO).

A SES-GO conta, atualmente, com 63 Programas, em várias especialidades e áreas médicas de atuação, todos credenciados junto à CNRM. Os programas estão ligados às 11 COREMES dos 11 hospitais estaduais onde são desenvolvidas anualmente as atividades de formação de cerca de 400 residentes: **CRER, HGG, HDT, HUGO, HEMU, HEAPA, HUGOL, HECAD, HCN, HEANA e CRESM.**

Em atenção e seguimento à proposta de expansão e qualificação dos Programas de



Residência Médica da SES-GO, houve expressivo número de vagas ampliadas e de criação de novos PRMs nos últimos anos.

Dados e informações referentes aos Programas de Residência Médica (PRMs) desenvolvidos pela SES-GO são acompanhados e atualizados continuamente, subsidiando planejamentos, discussões e tomadas oportunas de decisão junto à gestão da Escola de Saúde.

## **15. COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA UNI E MULTIPROFISSIONAL DA SES-GO**

A Coordenação de Assessoramento Técnico dos Programas de Residência Uni e Multiprofissional da SES-GO (COREMU/SESG) tem como principais atribuições coordenar, organizar, articular, supervisionar, avaliar e acompanhar todos os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional da SES-GO. É também responsável pelo acompanhamento do plano de avaliação de desempenho dos profissionais de saúde residentes e por toda a comunicação e tramitação de processos junto à Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS.

O grupo que atua na COREMU/SESG atualmente é composto por 4 técnicos, além da coordenadora de Assessoramento Técnico dos Programas de Residência Uni e Multiprofissional e da Coordenadora da Comissão de Residência Multiprofissional.

Os programas de Residências Uni e Multiprofissional da Secretaria de Estado da Saúde (SES), através da SESG, oferecem atualmente 90 vagas distribuídas nas unidades de saúde do Governo de Goiás nas seguintes áreas: biomedicina, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional.

As vagas ofertadas são distribuídas em seis unidades assistenciais da SES-GO (HUGO, HEMU, HGG, CRER, HUGOL, HECAD, HCN e HDT/LACEN-GO) nos seguintes programas:

- 1- Urgência e Trauma,**
- 2- Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial;**
- 3- Atenção Clínica Especializada-Área de Concentração Infectologia;**
- 4- Atenção Clínica Especializada-Área de Concentração Endocrinologia;**



**5- Atenção em Saúde Funcional e Reabilitação;**

**6- Enfermagem Obstétrica;**

**7- Saúde da Criança e do Adolescente- Urgência e Emergência;**

**8- Atenção em Urgência e Emergência – Trauma.**

Cada um desses programas possui duração de dois anos, totalizando carga horária de 5.760 horas, exceto o Programa de Residência em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, que possui duração de três anos e totaliza uma carga horária de 8.640 horas.

Os Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional são uma estratégia fundamental para fortalecer a formação e qualificação de profissionais de saúde para o SUS. Esses programas têm como objetivo proporcionar uma formação integrada e interprofissional para diferentes categorias, promovendo uma abordagem colaborativa na assistência do usuário.

## **16. COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS**

Como componente da Estrutura Organizacional da SES-GO, a Coordenação de Estágios Curriculares está ligada à Gerência de Desenvolvimento e Ensino em Saúde-GDES/Superintendência da Escola de Saúde de Goiás-SESG/ SES-GO.

A Coordenação de Estágios Curriculares tem suas atividades baseadas no disposto na Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; na Portaria nº 1.096, de 22 de maio de 2023, que estabelece os parâmetros de distribuição de vagas de estágio curricular obrigatório ofertadas pelas Unidades Administrativas ou Assistenciais de Saúde da SES-GO; na Portaria nº 647/2022–SES, que regulamenta as atividades práticas profissionais de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, que possuem carga horária prática de ensino, e na Resolução nº 6, de 20 setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Além das legislações mencionadas, para que o estagiário vinculado a uma Instituição de Ensino tenha seu estágio autorizado em qualquer uma das quarenta e três (43) Unidades de Saúde e Administrativas da Secretaria de Estado da Saúde de



Goiás faz-se necessária a assinatura de um Termo de Compromisso Individual e ou Coletivo de Estágio Curricular Obrigatório pelo estagiário e pelo coordenador do curso.

**Compete à Coordenação de Estágios Curriculares:**

- a) gerir o treinamento em serviço no âmbito da SES-GO, por meio do Estágio Curricular Obrigatório;
- b) normatizar as atividades de estágios curriculares obrigatórios realizados em todas as Unidades de Saúde e Administrativas da SES-GO;
- c) realizar levantamento de vagas das Unidades de Saúde, destinadas aos estágios curriculares;
- d) elaborar anualmente Edital de chamada pública para distribuição de vagas de estágio curricular obrigatório nos campos de prática da SES-GO;
- e) coordenar a distribuição das vagas de estágio das Unidades de Saúde e Administrativas seguindo o Edital de chamada pública para distribuição de vagas de estágio curricular obrigatório nos campos de prática da SES-GO;
- f) monitorar e fiscalizar a execução dos convênios celebrados entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de estado da Saúde de Goiás cujo objeto é a cooperação mútua entre os partícipes, a fim de proporcionar a realização de estágio supervisionado;
- g) elaborar, monitorar, supervisionar e fiscalizar a execução dos anexos técnicos contidos nos Contratos com as Organizações Sociais/Institutos, referentes aos Estágios Curriculares obrigatórios nos campos de prática da SES-GO.

## **17. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Os processos avaliativos no âmbito educacional, em seu conjunto, devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Neste contexto, inserem-se a avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional.

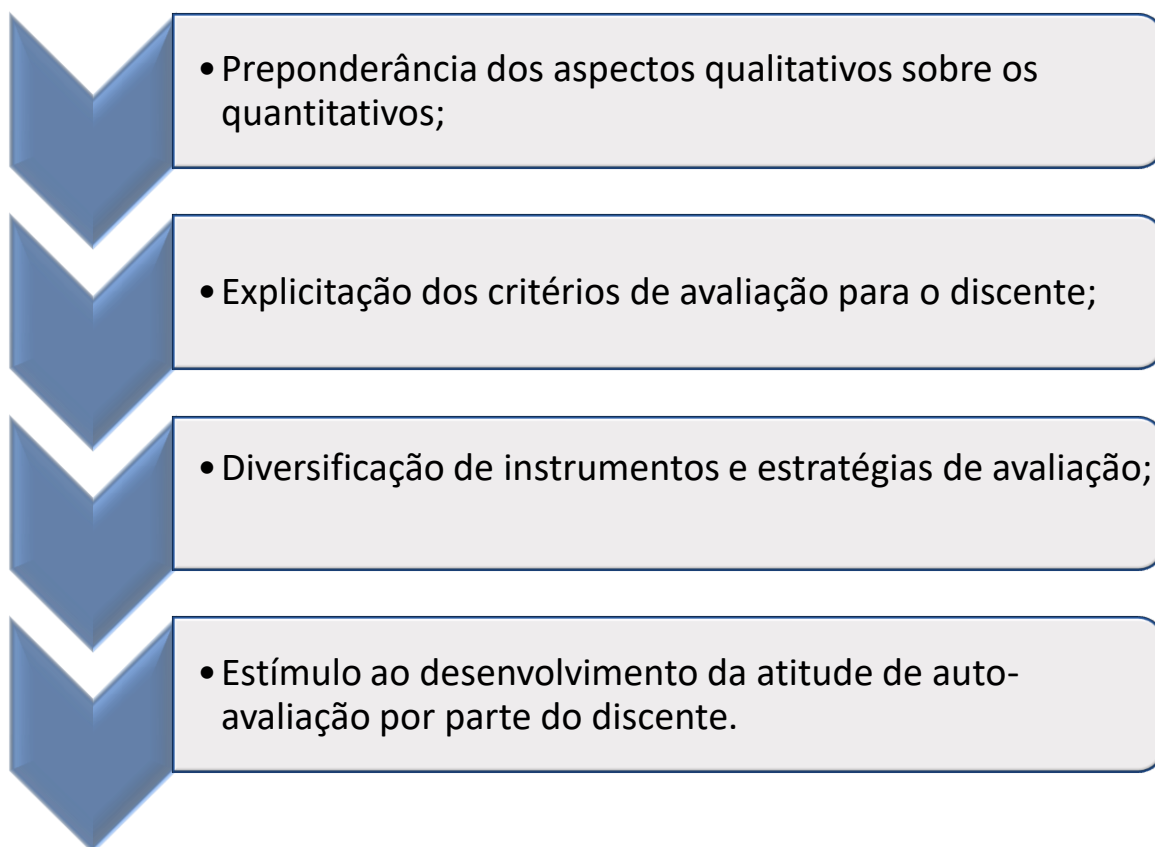
A SESG entende a avaliação como prática social solidária ao processo educativo, que apoia a construção do conhecimento coletivo, acompanha e orienta o trabalho do educador, propicia autonomia intelectual e respeito à divergência do pensamento. Luckesi (2005) define a avaliação da aprendizagem:



(...) como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário.

A avaliação da aprendizagem é realizada pelo docente que observa, registra e avalia o desempenho do aluno de forma contínua e cumulativa, possibilitando o diagnóstico sistemático do ensino aprendizagem.

A **avaliação**, parte integrante do processo de ensino aprendizagem, é realizada conforme os seguintes princípios:



A avaliação da aprendizagem requer o uso de um número de técnicas para essa mensuração, mas ela vai mais além do que isso. Trata-se de um processo sistemático que desempenha um papel significativo no ensino efetivo; este processo



inicia-se com a identificação dos objetivos da aprendizagem e termina com um julgamento acerca da extensão em que esses objetivos foram atingidos (LINN; GRONLUND, 2000).

### 17.1 Tipos de Avaliação

Em busca de um sistema mais completo de avaliação para os cursos, propõem-se os seguintes tipos de avaliação, sugeridos por Airasian e Madaus (1972):

- **Avaliação de Situação ou Diagnóstica** - determina o desempenho do estudante no **início do processo instrucional**. A avaliação de situação está relacionada com a performance de entrada do estudante e tipicamente enfoca questões como: (1) O estudante possui conhecimento e habilidades necessárias para o início da instrução planejada? (2) Em que extensão o estudante já desenvolveu a compreensão e as habilidades que são objetivos de aprendizagem da instrução? Níveis suficientes de proficiência podem indicar um salto para outras unidades ou um re-enfoque dos conteúdos da unidade; (3) Em que extensão os interesses dos estudantes, seus hábitos de trabalho e estudo e suas características pessoais indicam que um modo de instrução poderia ser melhor que outro? O uso de pré-testes e técnicas observacionais sobre os objetivos do curso podem auxiliar na determinação - não só para o curso atual, mas inclusive para as futuras turmas – da posição do estudante na sequência instrucional e no modo instrucional mais benéfico.
- **Avaliação Formativa** é utilizada para monitorar o progresso da aprendizagem durante a instrução. Seu propósito é o de prover **feedback contínuo** tanto para o estudante quanto para o facilitador a respeito dos sucessos e falhas na aprendizagem. O feedback para os estudantes provê reforço no aprendizado exitoso e identifica problemas de aprendizagem específicos que necessitam de correção. O feedback para o facilitador provê informação para modificações na instrução e para a direção de tarefas para o grupo e/ou para os indivíduos. A avaliação formativa depende grandemente de instrumentos preparados especificamente para cada segmento de instrução (unidade, módulo). Técnicas de observação, naturalmente, podem ser úteis. Devido ao fato



de a avaliação formativa ser direcionada para a melhoria do ensino-aprendizagem, os resultados tipicamente não são utilizados para a obtenção de notas para o curso.

- **Avaliação Somativa ou Certificativa** - avalia o alcance dos objetivos de aprendizagem **ao final da instrução**. A avaliação somativa/certificativa tipicamente vem ao final da unidade ou curso. Ela é desenhada para determinar a extensão do atingimento dos objetivos de aprendizagem e é usada, primariamente, para a obtenção de graus ou notas ou para certificação da maestria do estudante nos desfechos de aprendizagem desejados. As técnicas utilizadas para avaliação somativa são determinadas pelos objetivos instrucionais, incluindo testes de aquisição de conhecimentos, escalas de mensuração de performance (p.ex. prática de exame físico) e avaliações de produtos do processo instrucional (p.ex. relatórios de pesquisa, ensaios etc.). Apesar do principal propósito da avaliação somativa ser a certificação do aprendizado pelo estudante, ela também provê valiosa informação à coordenação sobre a adequação dos objetivos do curso e a efetividade da instrução.
- **Auto-avaliação** – deve ser estimulada e desenvolvida por meio de procedimentos que permitam o acompanhamento pelo aluno, do seu progresso, assim como a identificação de pontos a serem aprimorados no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista tratar-se de uma prática imprescindível à construção do conhecimento com autonomia.

## **17.2 Os instrumentos de avaliação da aprendizagem**

Deverão ser priorizados **instrumentos de registro individual de desempenho** do aluno em seu processo de aprendizagem. Esses devem fornecer indicadores da aplicação, no contexto profissional, dos conhecimentos, habilidades e valores desenvolvidos em atividades que integram os conteúdos curriculares e estimulam a autonomia na aprendizagem. Devem envolver atividades realizadas individualmente e/ou outros desafios de caráter experimental, laboratorial e outros. Os indicadores da aplicação deverão ser definidos no Plano de Trabalho dos docentes, no âmbito de cada Componente Curricular, preferencialmente desenvolvidos no planejamento docente, orientando o desenvolvimento de todas as atividades e devem ser



previamente comunicados aos alunos.

Serão utilizados como instrumentos de avaliação, entre outros: atividades escritas e orais, elaboração de textos ou artigos, pesquisas, relatórios, entrevistas, trabalhos de conclusão de curso, seminários, estudos de casos, portfólios, questionários, projetos de trabalhos individuais ou em grupos, fichas de auto-avaliação, fichas de avaliação de desempenho de atividades práticas em laboratórios e em estágio supervisionado.

### **17.3 Avaliação na Educação a Distância**

Assim como nos processos educacionais presenciais, para avaliar na Educação a Distância é preciso retomar os objetivos propostos para o curso e para o componente curricular em questão, assim como às características do público-alvo. Essa avaliação precisa ser formativa, possibilitando a participação ativa do cursista e a ressignificação dos seus saberes, como também quantitativa, fornecendo dados mensuráveis sobre o percurso de aprendizado do cursista.

Para atingir esses objetivos, serão utilizadas ferramentas disponíveis no AVA como Fórum de Discussão, Envio de Arquivo e Questionários, entre outros.

### **17.4 Avaliação das Residências Médicas e Multiprofissional**

Ressalta-se que o padrão de avaliação descrito neste Projeto Político Pedagógico não se aplica às residências médica e multiprofissional, pois estas seguem regimento próprio com base nas diretrizes nacionais para os programas de residência em saúde no Brasil.

### **17.5 Avaliação de Cursos em Parcerias com outras Instituições de Ensino**

Quando o curso ofertado pela SESG for promovido em parceria com outra instituição de ensino, a avaliação seguirá os critérios da instituição certificadora.

## **18. CONSELHO ESCOLAR**

O Conselho Escolar tem como atribuição deliberar a respeito de assunto não previsto nas legislações internas ou externas à SESG e é composto pelos titulares dos seguintes cargos/funções:

- I. Superintendente da Escola de Saúde de Goiás;



- II. Gerente de Projetos Educacionais em Saúde;
- III. Gerente de Pesquisa e Inovação;
- IV. Gerente de Desenvolvimento e Ensino em Saúde;
- V. Gerente de Suporte Administrativo;
- VI. Gerente de Desenvolvimento de Pessoas;
- VII. Coordenador de Gestão Institucional;
- VIII. Coordenador de Desenvolvimento Institucional;
- IX. Coordenador de Economia e Finanças;
- X. X- Coordenador de Gestão Acadêmica.

O Conselho Escolar é presidido pela Superintendente da Escola de Saúde de Goiás ou por um dos outros membros indicados por ela. Na ausência do Presidente do Conselho Escolar a reunião será presidida pelo Gerente de Suporte Administrativo. O Conselho Escolar reúne-se sempre que necessário, sob convocação do Presidente, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

As reuniões são realizadas em primeira convocação com a maioria absoluta dos membros do Conselho Escolar ou, em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após, com qualquer quórum dos membros, desde que presentes no mínimo 05 (cinco) integrantes do Conselho, dos quais será obrigatória a presença do Presidente do Conselho ou seu substituto, em razão da impossibilidade de participação deste.

Os votos dos membros do Conselho Escolar são registrados na ata referente a cada reunião. Em caso de empate na votação, o voto proferido pelo Presidente será o voto de qualidade, ou seja, caber-lhe-á o direito de votar duas vezes para desempatar a demanda.

## **19. BIBLIOTECA PROFESSORA ENA GALVÃO**

A Biblioteca da Escola de Saúde de Goiás homenageia a Profa. Ena de Araújo Galvão, uma figura de destaque no cenário da educação técnica e tecnológica na saúde brasileira, cuja trajetória exemplifica um compromisso com a formação e capacitação de profissionais na área. Nascida em Presidente Olegário, Minas



Gerais, Ena trilhou uma jornada de contribuições significativas para a educação em saúde no país. O marco de sua carreira veio na década de 1980, com sua fundamental participação no Projeto de Formação em Larga Escala (PLE), um programa revolucionário que promoveu a capacitação de trabalhadores da saúde em todo o país. Um de seus legados é evidenciado pelo "Programa de Formação dos Trabalhadores para a Área da Saúde" (PROFAPS), um projeto que ela ajudou a conceber e que influenciou positivamente a formação de profissionais em todo o país.

A Biblioteca da SESG é especializada em saúde e educação e abriga um acervo de cerca de 5.000 exemplares em suporte físico, em processo de indexação na plataforma Gnuteca. Já os materiais de cunho técnico-científicos, produzidos no âmbito da SES-GO em suporte digital são indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio da Rede do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

#### **A equipe da Biblioteca é responsável:**

- a)** por providenciar o International Standard Book Number (ISBN), que é um padrão numérico criado com o objetivo de fornecer uma identificação única para publicações monográficas, como livros, artigos e apostilas;
- b)** pela solicitação do International Standard Serial Number (ISSN), também um registro de padrão internacional utilizado para publicações seriadas, como revistas, anuários, memórias, anais de congressos, séries monográficas e suplementos independentes;
- c)** pelo Digital Object Identifier (DOI), que é um identificador que permite a localização de artigos na web e que é de suma importância para pesquisadores, autores e para a preservação digital;
- d)** pelo desenvolvimento da plataforma e curadoria do Repositório Institucional (RI), da SESG, que recebe as produções científicas prioritariamente da Escola e, adjacientemente, da SES.

A Coordenação de Gestão do Conhecimento é responsável pela gestão dos serviços da Biblioteca Prof<sup>a</sup> Ena Galvão e da Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "Cândido Santiago". Esta mesma equipe também articula e desenvolve eventos técnico-científicos que visem divulgar as ações e produtos da



Gerência de Pesquisa e Inovação, tais quais o projeto Encontro com Autores, que promove a aproximação entre os autores de artigos publicados na Revista e o público leitor, por meio de eventos de apresentação dos estudos e pesquisas até a publicação do artigo.

## **20. COMITÊ, NÚCLEO E COMISSÕES**

### **20.1 Comitê de Ética em Pesquisa Leide das Neves Ferreira**

O Comitê de Ética em Pesquisa Leide das Neves Ferreira (CEP-LNF) é uma instância colegiada, interdisciplinar e independente, de natureza consultiva e deliberativa no âmbito da emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, educativa e autônoma, vinculada a SESG e a SES-GO, constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de número 466, de 12 de dezembro de 2012, e normas complementares (BRASIL, 2012).

O CEP-LNF está vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), situado no organograma da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG) junto à Gerência de Pesquisa e Inovação (GEPI).

A história do CEP-LNF remonta aos anos de 2011, quando foi instituído o Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos Leide das Neves Ferreira - CEEPP-LNF por meio do Decreto nº 7.255/2011. Essa unidade herdou da antiga FunLeide as atribuições de gerenciar e produzir estudos científicos baseados nas informações disponibilizadas pelo Centro de Apoio aos Radioacidentados (CARA.), manter intercâmbio com instituições variadas e administrar o Comitê de Ética em Pesquisa “Dr. Henrique Santillo”, cadastrado na Plataforma Brasil e na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) desde 2002.

Em 2016, o CEEPP-LNF foi incorporado como uma Gerência na estrutura da Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS (SEST/SUS) (GOIÁS, 2016). As parcerias institucionais, como por exemplo, com as Instituições de Ensino Superior (IES) proporcionaram estudos sobre antropologia, química das radiações, odontologia, epidemiologia de doenças sistêmicas como diabetes, hipertensão, cânceres e doenças parasitárias, aspectos psicossociais, situação de saúde genética, dentre outros temas. E o Comitê de Ética em Pesquisa “Dr. Henrique Santillo” passou a ser denominado Comitê de Ética em Pesquisa do Centro



de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos Leide das Neves Ferreira (CEP-CEEPP-LNF).

Pela Portaria nº 1.054, de 16 de junho de 2020, o Secretário de Estado da Saúde de Goiás manteve institucionalizado, no âmbito da SESG, o Comitê de Ética em Pesquisa Leide das Neves Ferreira (CEP-LNF), que atua em observância à Resolução nº 466/2012 e demais normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com o objetivo de avaliar as propostas de pesquisas elaboradas por pesquisadores da SES-GO ou por qualquer outra instituição designada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Atualmente, a SES-GO, ciente da importância de estimular a pesquisa científica que produza conhecimento, inovação e tecnologias estratégicas para o SUS, que possam subsidiar o planejamento e a gestão, com enfoque na melhoria da qualidade de vida e da situação de saúde da população goiana, bem como o potencial das Unidades da SES-GO em contribuir com o avanço do conhecimento científico para o SUS, estabeleceu o fluxo de pesquisas na SES-GO por meio da Portaria nº 1.265/2023-SES. Desta forma, todas as pesquisas a serem realizadas nas Unidades da SES-GO devem ter aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ligado à Unidade de Saúde ou à Unidade Administrativa da SES-GO e serão monitoradas pela Coordenação de Pesquisa da Gerência de Pesquisa e Inovação da SESG.

Ao CEP-LNF compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, no âmbito da SES-GO e das Unidades a ela vinculadas, em especial à:

- Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação (SUREG)
- Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA)
- Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG)
- Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde (SPAIS)
- Superintendência de Tecnologia, Inovação e Saúde Digital (SUTIS)
- Superintendência de Gestão Integrada (SGI)
- Centro Estadual de Medicação de Alto Custo Juarez Barbosa (CEMAC-JB)
- Centro Estadual de Odontologia Sebastião Alves Ribeiro (COEG)
- Centro Estadual de Assistência aos Radioacidentados Leide das Neves (CARA)



- Centro Estadual de Referência em Medicina Integrativa e Complementar (CREMIC)
- Centro Estadual de Orientações e Informações em Saúde (CORI)
- Hospital Estadual de Jaraguá Dr. Sandino de Amorim (HEJA)
- Hospital Estadual de Trindade Walda Ferreira dos Santos (HETRIN)
- Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN)
- Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos Dr. Geraldo Landó (HSLMB)
- Hospital Estadual de Formosa Dr. César Saad Fayad (HEF)
- Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos (HEI)
- Hospital Estadual de Luziânia (HEL)
- Hospital Estadual de Jataí Dr. Serafim de Carvalho (HEJ)
- Policlínica Estadual da Região São Patrício – Goianésia
- Policlínica Estadual da Região Nordeste – Posse
- Policlínica Estadual Ismael Alexandrino Pinto - São Luís de Montes Belos
- Policlínica Estadual da Região Sudoeste – Quirinópolis
- Policlínica Estadual da Região do Entorno – Formosa
- Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho – Goiás
- Creche Cantinho Feliz (CCF).

Dentre as atribuições do CEP-LNF estão a análise ética de projetos e protocolos de pesquisa com seres humanos e emissão de pareceres; a garantia da manutenção dos aspectos éticos de pesquisa; o zelo pela obtenção de consentimento livre e esclarecido dos indivíduos ou grupos para sua participação na pesquisa além do recebimento de denúncias de abusos dos participantes da pesquisa ou de qualquer outra parte durante o estudo.

O CEP-LNF também desempenha papel consultivo, com vistas a dar subsídios aos CEPs das Unidades da SES sobre as orientações necessárias para o andamento das pesquisas, dirimindo as dúvidas a respeito das normas estabelecidas pela CONEP. Outra importante atuação do CEP é exercer papel educativo, promovendo ações educativas para os seus membros, pesquisadores, participantes de pesquisa e pessoas da comunidade e fomentar a reflexão em torno da ética na ciência.



## 20.2 Núcleo de Avaliação de Tecnologia em Saúde

O Núcleo de Avaliação em Tecnologia em Saúde (NATS) no âmbito da SES-GO, vinculado à Gerência de Pesquisa e Inovação da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (GEPI/SESG), foi constituído pela Portaria nº 142, de 24 de janeiro de 2022, com o objetivo de promover e difundir a área de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) na Secretaria. Além disso, viu-se a necessidade de padronizar as metodologias que visam a qualificação e os resultados em pesquisas relacionados à incorporação, modificação ou exclusão de tecnologias em saúde no âmbito do SUS na SES-GO.

A composição do NATS é intersetorial e reúne profissionais com capacidade técnica para efetuar, desenvolver e executar a Avaliação de Tecnologia em Saúde. Os membros, com a anuência da chefia imediata, dispõem de 06 horas semanais protegidas para dedicarem-se às atividades do Núcleo.

O NATS/SES-GO é membro da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS), e foi classificado, em março de 2024, no eixo de síntese de evidência como categoria avançada. Além de receber nota máxima no eixo síntese de evidência, o NATS também avançou na classificação no eixo de diretrizes/protocolos clínicos, passando do nível básico para o intermediário. Na classificação do eixo de avaliação econômica, permanece na classificação básica, mas, estamos fomentando a capacitação aos membros do NATS da SES-GO para avançar na próxima classificação.

## 20.3 Instituto de Ciência e Tecnologia e Inovação – ICT

De acordo com a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que estabelece o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) pode ser definida como “órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos”.

A ICT/SESG compreende uma unidade administrativa integrante da estrutura da SES-GO com responsabilidade institucional na formação, no desenvolvimento de



pessoal e na pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico, destinados a aumentar, de maneira estratégica, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo SUS. Tem como objetivo a realização e apoio à pesquisa científica, podendo ser por meios internos ou em parceria com outras instituições, considerando as necessidades locais, observando o cenário nacional e internacional, visando o acompanhamento da ciência, tecnologia e inovação em saúde.

A missão institucional da ICT está em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no que diz respeito ao incentivo e articulação interinstitucional entre as áreas técnicas da SES-GO e gestores das três esferas de governo, Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa para formar redes e grupos de trabalho visando à elaboração de programas e de projetos de pesquisa que priorizem as necessidades locais, sem sobreposição ou duplicação de ações ou pesquisas e garantindo a aplicabilidade de seus resultados.

#### **20.4 Laboratório de Educação, Pesquisa em Saúde de Goiás - LABEPS GOIÁS**

A SESG desempenha um papel fundamental na formação e capacitação de profissionais da área da saúde, bem como compartilha e produz conteúdos relevantes para a população em geral e aos interessados em aprimorar seus conhecimentos, buscando ser reconhecida como instituição de ensino e pesquisa de excelência, com práticas inovadoras e foco na integração ensino-serviço-comunidade e, para isso, conta com uma rede de profissionais do próprio SUS, qualificados e titulados.

A tecnologia aplicada à informação vem ganhando cada vez mais espaço no mundo contemporâneo, auxiliando cada vez mais a comunicação, sendo inegável seu poder quando utilizada como ferramenta aliada na educação, pois promove acesso a informações, compartilha conhecimentos, influencia e estimula a educação, bem como o aprendizado.

Neste contexto, o Laboratório de Educação, Pesquisa em Saúde de Goiás - **LABEPS GOIÁS** visa mapear, fortalecer, valorizar e divulgar, de forma acessível e descentralizada, ações educativas, ensino, pesquisa e inovação em saúde.



Ferramenta para influenciar e estimular a educação e o aprendizado, pois promove o acesso a informações e divulga de forma clara e acessível os cursos e ações educacionais ofertados pela SESG/SES-GO, tanto em modalidade EAD, quanto presencial promovendo o alcance mais efetivo do público-alvo e um melhor e maior engajamento dos profissionais da saúde interessados em aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Além de canal de comunicação para a divulgação de workshops, palestras e eventos técnico científico relacionados à saúde.

Importante canal de disseminação e compartilhamento do conhecimento científico produzido em pesquisas científicas no âmbito da SES-GO. E, também, aquele desenvolvido por pesquisadores e trabalhadores da área das Ciências da Saúde, com ênfase em Saúde Pública, Saúde Coletiva, Educação em Saúde e Gestão em Saúde, publicados na Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "Cândido Santiago" - RESAP.

Canal de divulgação e disseminação de experiências exitosas realizadas no âmbito da SES-GO e municípios goianos; e divulgação de forma clara e acessível de informações dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional e Estágio Curricular.

## **20.5 Comissão de Integração Ensino-Serviço**

A Comissão Permanente de Integração Ensino- Serviço do Estado de Goiás (CIES-GO), criada em consonância com a Portaria MS/GM nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, aprovada pela Resolução CIB/GO nº 075 de 22 de março de 2012 e instituída pela Portaria GAB/SES nº 383 de 21 de novembro de 2012, é uma instância intersetorial e interinstitucional permanente que participa da formulação, condução, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), atendendo ao disposto no Artigo 14 da **Lei orgânica nº 8.080/90 e a NOB/RH-SUS**.

Composta por representantes do quadrilátero: gestão (gestores estaduais e municipais de saúde e educação), ensino (instituições de ensino com cursos na área da saúde, docentes e discentes), serviço (trabalhadores da saúde e/ou de suas entidades representativas) e controle social (movimentos sociais ligados a gestão das políticas públicas de saúde, Conselho Estadual de Saúde (CES) e Conselho Estadual de Educação (CEE), que se reúnem a cada mês ordinariamente, ou



sempre que necessário extraordinariamente, para discutir e pactuar estratégias para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS.

A partir do segundo semestre de 2009, a SES-GO, por meio da antiga Escola de Saúde Pública de Goiás (ESAP-GO), assumiu o planejamento e a estruturação dos processos de EPS, uma vez que a Portaria MS/GM nº 1.996/2007 trouxe a SES-GO um papel de maior centralidade na condução regional da PNEPS no estado. Por esse motivo, conforme determina a Portaria GAB/SES nº 383/2012, a CIES-GO conta com uma Secretaria Executiva com infraestrutura e apoio logístico da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG).

Ainda de acordo com a Portaria GAB/SES nº 383/2012, a CIES-GO tem um papel primordial de assessoramento à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nas discussões sobre implantação e implementação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS), apoiando a elaboração dos Planos de Ação Regional e Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS e PAREPS), a aprovação no CES, pactuação na CIB e encaminhamento ao Ministério da Saúde. Para tanto, a Resolução CIES-GO nº 05/2021 define que todos os cursos, a serem executados pela SESG, deverão ser apresentados, discutidos e pactuados em assembleia da CIES-GO e emissão de uma Resolução de aprovação que será encaminhada ao Grupo Técnico da CIB e posteriormente a plenária da CIB.

## **20.6 Comissão Própria de Avaliação**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como atribuição conduzir os processos de avaliação internos da instituição com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional. A CPA da SESG foi instituída em 2020 e tem seu Regimento Interno de acordo com o disposto na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), regulamentada pela Portaria/MEC nº 2051 de 9 de julho de 2004 e demais legislações aplicáveis. Ela possui atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

A CPA também é responsável por coordenar os processos de acompanhamento de egressos, sistematizar e prestar as informações aos órgãos interessados e gerar relatórios com informações e reflexões sobre as condições do ensino, da pesquisa e da gestão da SESG.



## **20.7 Comissão Estadual de Incorporação de Tecnologias em Saúde**

A Comissão Estadual de Incorporação de Tecnologias em Saúde (CEITS) é subordinada à SESG, tem caráter permanente, consultivo e deliberativo e objetiva assessorar o gestor quanto às questões relativas à avaliação, incorporação e desincorporação de tecnologias em saúde, utilizadas para fins diagnósticos e terapêuticos no contexto do SUS em Goiás. É responsável e fomentadora em cumprir a Política Nacional de Gestão de Tecnologia em Saúde e outras políticas pertinentes, no âmbito da SES-GO e do SUS no Estado de Goiás.

A CEITS, criada em 2019 (Portaria Nº 1.036/2019- GAB/SES), substituiu a Comissão Estadual de Farmácia e Terapêutica (CEFT) criada em 2013 (Portaria Nº 283/2013- GAB/SES).

Atualmente, são designados os servidores ocupantes dos cargos relacionados para compor, como membros titulares, o Plenário da CEITS: I- Diretor(a) da Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa; II- Gerente de Informações Estratégicas em Saúde; III- Gerente de Pesquisa e Inovação; IV- Gerente de Assistência Farmacêutica; V- Gerente de Planejamento Institucional; VI- Procurador(a) da Procuradoria Jurídica, todos representando o corpo técnico-científico da SES-GO; e o VII- Presidente do Conselho Estadual de Saúde, representando o Conselho Estadual de Saúde de Goiás e os(as) Usuários(as) do SUS.

A atuação da CEITS é restrita às solicitações provenientes de profissionais de saúde ligados à SES-GO, Secretarias Municipais de Saúde ou de Instituições Públicas ou Privadas de Saúde que atendam o SUS no Estado de Goiás, bem como provenientes de membros do Conselho Estadual de Saúde.

## **21. POLÍTICAS E DIRETRIZES DE PESQUISA EM SAÚDE**

A SESG possui como uma de suas competências a formulação de estratégias de desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação tecnológica e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no âmbito da SES-GO (GOIÁS, 2020).



Para tanto, conta no seu organograma, com a Gerência de Pesquisa e Inovação que visa estabelecer, orientar, assessorar, monitorar e regulamentar a realização da coleta de dados para fins de pesquisa científica em Unidades da SES-GO.

É importante estimular a pesquisa científica que produza conhecimento, inovação e tecnologias estratégicas para o SUS, que possam subsidiar o planejamento e a gestão, com enfoque na melhoria da qualidade de vida e da situação de saúde da população goiana.

Um importante norteador de Prioridades de Pesquisa em Saúde no estado de Goiás é o **Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS)**, que consiste numa iniciativa de fomento à pesquisa em saúde nas Unidades Federativas, que promove o desenvolvimento científico e tecnológico. Sua grande relevância está no potencial de incorporação ao SUS dos resultados das pesquisas fomentadas. Os objetivos do PPSUS são (1) financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde da população brasileira, (2) promover a aproximação dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia locais, (3) reduzir as desigualdades regionais na ciência, tecnologia e inovação em saúde e (4) promover a equidade.

O PPSUS envolve a parceria, no âmbito federal, por meio Ministério da Saúde (MS), do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SECTIE); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No âmbito estadual, a parceria acontece entre a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEG) e a SES-GO.

Dessa forma, cabe a SESG indicar os eixos temáticos para orientar os grupos de trabalho e organizar a realização da Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde (OPP); participar das atividades, relacionadas à seleção, ao acompanhamento e à divulgação das pesquisas; participar e apoiar a organização da Comissão de Especialistas e do Comitê Gestor para os seminários de avaliação parcial e final; divulgar e incorporar os resultados das pesquisas financiadas; elaborar o relatório para a coordenação nacional do PPSUS, escrevendo o potencial de utilização/incorporação dos resultados/produtos das pesquisas no sistema e nos serviços de saúde; e disseminar os resultados obtidos pelas pesquisas realizadas no contexto do SUS.



## 22. REVISTA CIENTÍFICA DA ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA DE GOIÁS “CÂNDIDO SANTIAGO”

A Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "CÂNDIDO SANTIAGO"- RESAP é um periódico de acesso livre e gratuito, de fluxo contínuo publicado pela Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (SESG) em versão eletrônica, disponível no endereço <http://www.revista.esap.go.gov.br>

A Revista é de acesso aberto, com licença de uso sob a atribuição CC/BY da Creative Commons, que permite: **compartilhar** (copiar, redistribuir o material em qualquer meio ou formato para qualquer finalidade, inclusive comercial); **adaptar** (remixar, transformar e desenvolver o material para qualquer finalidade, até mesmo comercial).

Tem como missão disseminar o conhecimento científico, revisto por pares, desenvolvido por pesquisadores e trabalhadores da área das Ciências da Saúde, com ênfase em Saúde Pública, Saúde Coletiva, Educação em Saúde e Gestão em Saúde.

A RESAP está indexada no LATINDEX em Catálogos 1.0, e no Portal das Revistas Científicas em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde BVS/BIREME. Foi classificada com Qualis B1 na lista da CAPES quadriênio 2017/2020.

## 23. PROJETO INSTITUCIONAL

O Projeto Felicidade Corporativa tem como objetivo promover o bem-estar, a satisfação e a qualidade de vida dos servidores da SESG a fim de criar um ambiente de trabalho mais saudável e acolhedor. Teve início em 2023, com momentos e ações mensais de trabalho em equipe realizadas pela própria equipe da SESG.

Atualmente, as atividades são organizadas por meio de rodízio mensal e de forma coletiva entre os servidores, abrangendo todos os trabalhadores desta Superintendência, visando a integração, a criatividade e a liderança.



## REFERÊNCIAS

- AIRASIAN, P. W.; MADAUS, G. F. Functional types of student evaluation. **Measurement & Evaluation in Guidance**, v.4, n.4, p. 221-233, 1972.
- ANASTASIOU, L.G.C.; ALVES, L.P. (Orgs.). **Estratégias de ensino na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: Univille, p. 67-100, 2003. Disponível em: <<http://files.tecnicoembiblioteca.webnode.com/200000018-e2e95e4d8f/Anastaisou%20Estrategias.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- BACH, M.R. ;CARVALHO, M.A.B. **Metodologia da problematização na formação de docentes em nível médio: práticas e possibilidades**. Curitiba: SEED, 2012. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_maria\\_regina\\_bach.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_regina_bach.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- BERBEL, N. N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface (Botucatu)**, v.2, n.2, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BBqnRMcdxXyvNSY3YfztH9J>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- BERBEL, N. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: DOI: 10.5433/1679-0359.2011v32n1p25.
- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25–40, 2012. DOI: 10.5433/1679-0383.2011v32n1p25. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BORDENAVE, J.E.D. Alguns fatores pedagógicos. In: SANTANA, J.P.; CASTTRO, J.L. (orgs.). **Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos CADRHU**. Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 261-268.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE.



**Resolução nº 1, de 21 de julho de 2015.** Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) das instituições que ofertam programas de residência em área profissional da saúde na modalidade multiprofissional e uniprofissional. Disponível em: <[https://www2.ufjf.br/huresidencias/wp-content/uploads/sites/547/2017/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B001\\_21\\_07\\_2015.pdf](https://www2.ufjf.br/huresidencias/wp-content/uploads/sites/547/2017/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B001_21_07_2015.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde:** O que se tem produzido para o seu fortalecimento? Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 1.ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73 p. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_educacao\\_permanente\\_saude\\_fortalecimento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 03 abril. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Como Construir um Projeto de Intervenção?** [recurso eletrônico] princípios básicos e aplicação passo a passo. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Dados eletrônicos. - Florianópolis: NUTE/UFSC, 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 mar. 2024.

CALEMAN, G. et al. **Projeto aplicativo: termos de referência.** São Paulo: Instituto Sírio- Libanês de Ensino e Pesquisa; Ministério da Saúde, 2016. 54p. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/322580654\\_Projeto\\_Aplicativo\\_-\\_TERMOS\\_DE\\_REFERENCIA](https://www.researchgate.net/publication/322580654_Projeto_Aplicativo_-_TERMOS_DE_REFERENCIA)>. Acesso em: 3 abril. 2024.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 1. p. 41- 65, 2004. Disponível em: <



<https://www.scielo.br/j/physis/a/GtNSGFwY4hzh9G9cGgDjqMp/?format=pdf&lang=pt>  
>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DELORS, J. (org.). **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7.ed., Editora Cortez, 2012. Disponível em: <  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=14470](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14470)>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FREITAS, O. **Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação – Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.132p. Disponível em: <  
<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/equipamentos-e-materiais-didaticos-curso-tecnico-de-formacao-para-os-funcionarios-da-educacao-prof funcionario,55956f89-5aa8-4361-a410-7d69272751bc>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Decreto nº 9.595, de 21 de janeiro de 2020**. Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências. Disponível em:  
<<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/72510/pdf>>. Acesso em: 2 abril. 2024.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019**. Estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Acesso em:  
<<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/100701/pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Lei nº 19.260, de 15 de abril de 2016**- Revogada pela Lei nº 21.614, de 07-11-2022. Promove alterações na organização administrativa do Poder Executivo. Disponível em:  
<<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/98571/pdf>>. Acesso em: 2 abril. 2024.

GOIÁS. **Resolução CEE/CP n. 4, de 29 de maio de 2015**. Fixa normas para oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Educação Profissional Tecnológica de Graduação Pós-Graduação para Sistema Educativo do Estado de Goiás, dá outras providências. Disponível em: <https://goias.gov.br/cee/wp-content/uploads/sites/20/2021/06/RESOLUCAO-CEE-CP-N.-04-2015-a3f.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GOIÁS. SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE/CP nº 6, de 24 de junho de 2022**. Altera a redação do artigo 10 da Resolução CEE/PLENO Nº 06 de 18 de setembro de 2015 que



estabelece normas para o credenciamento de Escolas de Governo, visando à formação, à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização profissional de agentes públicos junto ao Sistema Educativo do Estado de Goiás e dá outras providências.

GRAMIGNA, M. R. M. **Jogos de Empresa e Técnicas Vivenciais**. São Paulo: Ed. Makron Books, 1995.

J.L. (orgs.). **Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos**. CADRHU. Natal: Editora da UFRN, 1999, p. 261-268.

KANEKO, R.M.U.; LOPES, M.H.B.M. Cenário em simulação realística em saúde: o que é relevante para a sua elaboração? **Rev Esc Enferm USP**, 53, e 03453. Epub May 30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2018015703453>. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/wcQrCdZ4ZcXgQxC9vpHcrKJ/?format=pdf&lang=pt>>  
. Acesso em: 19 mar. 2024.

KNOWLES, M. **Andragogy in action**. San Francisco: Josey-Bass, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**: velhos e novos temas. Edição do Autor, 2002. Disponível em:<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Did%C3%A1tica%20-%20Velhos%20e%20novos%20temas.doc>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

LINN, R.L.; GROUNDLUND, N.E. **Measurement and assessment in teaching**. London:Prentice-Hall International. 8.ed. 2000. 574p.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

M.A. Projetos de Intervenção em Saúde: construindo um pensamento crítico. **Divulgação em Saúde para Debate**. Rio de Janeiro, n.58, p. 285-95, 2018. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29837/1/Artigo%20Rita%20Nascimento.%202018.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MARION, J.C.; MARION, A.L.C. **Metodologias de ensino na área de negócios**: para cursos de administração, gestão, contabilidade e MBA. São Paulo: Atlas, 2006.

MASSON, T. et al. Towards Realizing the Potential of Collaborative Learning in Transnational **Education**. **Journal of Teaching in International Business**, v. 23, n. 1-2, p. 4-27, 2012.



MATUS, C. Carlos Matus e o planejamento estra-tégico-situacional. In: Rivera, F.J.U., organizador. **Planejamento e programação em saúde: um enfo-que estratégico**. São Paulo: Cortez/ABRASCO; 1989. p. 105-149.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. 2.ed. v.2. Brasília: IPEA, 1996.

MITRE, S.M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciênc. saúde coletiva**, v.13, sup 2; p. 133-144, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9M86Ktp3vpHgMxWTZXScRKS>. Acesso em: 2 abril. 2024.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: As Abordagens do Processo**. Editora EPU, 2005.

MOREIRA, M.A.; MASINI, E.A.F. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MOREIRA, M.A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Revista cultural La Laguna Espanha, 2012. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>>. Acesso em: 2 abril. 2024.

MOREIRA, M.A. **Uma abordagem cognitivista ao ensino da Física**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

NÉRICI, I.G. **Didática geral dinâmica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Oliveira, C.M.C.S.; Oliveira M.A. **Projeto de intervenção associado a árvore do problema**: metodologia para elaboração do Projeto de Intervenção (PI). UNASUS/UNIFESF. [internet]. 2015. Disponível em: <[https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/pab/6/unidades\\_metodologias\\_TC/unidade04/unidade04.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/6/unidades_metodologias_TC/unidade04/unidade04.pdf)>. Acesso em: 2 abril. 2024.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Educación permanente de personal de salud en la región de las américas**. 2.ed.Washington: OPAS; 1988. Fascículo I: Propuesta de reorientación. Fundamentos. Serie de desarrollo de recursos humanos, nº 78. Disponível em: <<http://hist.library.paho.org/Spanish/DRH/1740.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

PADILHA, P.R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

PETRUCCI, V.B.C.; BATISTON, R.R. Estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem em contabilidade. In: PELEIAS, I.R. (Org.) **Didática do ensino da contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PILETTI, C. **Didática geral**. Série Educação. São Paulo: Ática, 2006.



RET-SUS. Rede de Escolas Técnicas do SUS. **Escolas**. Disponível em: <<http://www.retsus.fiocruz.br/escolas>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ROVERE, M.R. **Planificación estratégica de recursos humanos en salud**. 2.ed.Washington: OPS, 2006. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51595/9275326223\\_spa.pdf?sequence=1](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51595/9275326223_spa.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 mar. 2024.

SIMÕES, R.S.P.; FERREIRA, E.M.S.; COSTA, L.F.N. **Metodologias Ativas na Educação Superior**: Uma Abordagem para a Promoção do Aprendizado Ativo. Editora CRV, 2017.

TUNES, E. **Metodologias Ativas de Aprendizagem**: Uma Abordagem Inovadora para a Educação. Editora Vozes, 2015.

VASCONCELOS, M. et al. Módulo 4: práticas pedagógicas em atenção básica à saúde. **Tecnologias para abordagem ao indivíduo, família e comunidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 70 p. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/32962530/modulo-4-nescon-ufmg>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

XAVIER, S.S. et. al. Projetos de Intervenção em Saúde: construindo um pensamento crítico. **Divulgação em Saúde para Debate**, RJ, n. 58, p. 285-295, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29837/1/Artigo%20Rita%20Nascimento.%202018.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2024. ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.